

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

MARIA IZAURA FELIPI MANÇO

**UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS URBANOS
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2003 - 2010):
PENSANDO O URBANO A PARTIR DA CONFLITIVIDADE**

Campos dos Goytacazes, RJ

2022

MARIA IZAURA FELIPI MANÇO

**UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS URBANOS
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2003 - 2010):
PENSANDO O URBANO A PARTIR DA CONFLITIVIDADE**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tatiana Tramontani Ramos

Campos dos Goytacazes, RJ

2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BUCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M268a Manço, Maria Izaura Felipi
UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS URBANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
(2003 - 2010) : PENSANDO O URBANO A PARTIR DA CONFLITIVIDADE /
Maria Izaura Felipi Manço ; Tatiana Tramontani Ramos,
orientadora. Campos dos Goytacazes, 2022.
56 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)-
Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da
Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes,
2022.

1. Conflito Social. 2. Espacialidade Urbana. 3.
Geograficidade. 4. Governo Lula. 5. Produção intelectual. I.
Ramos, Tatiana Tramontani, orientadora. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e
Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD -

MARIA IZAURA FELIPI MANÇO

**UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS URBANOS
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2003 - 2010):
PENSANDO O URBANO A PARTIR DA CONFLITIVIDADE**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tatiana Tramontani Ramos

Campos dos Goytacazes, RJ

2022

Ao meu padrinho, que se foi muito cedo e muito antes de eu conseguir dar o orgulho de me ver formar, você sempre vai ser lembrado.

Agradecimentos

Agradeço ao conjunto de coisas, acasos e pessoas que me trouxeram até aqui. Primeiramente, à minha pessoa, eu escrevo: Eu consegui. Conclui uma das tarefas que julguei mais difícil em minha vida mesmo desacreditando em muitos momentos, até poder escrever essas linhas.

Aos familiares que me apoiaram, esse trabalho não seria possível sem o apoio que recebi. À minha mãe, que sempre sonhou em me ver formada e que esteve comigo independente de tudo, esse trabalho também é seu. Pai, pra você, eu agradeço muito além da ajuda com os custos financeiros que me ajudaram a me manter na faculdade, por ter me dado esse voto de confiança e oportunidade. Para os meus avós, agradeço por terem sido meu refúgio, e à minha irmã e sobrinho, espero que saibam que conquistei isso pensando em vocês.

Apesar dos clichês, quem me conhece sabe que sou uma pessoa que fala pelos cotovelos e que consigo chamar atenção mesmo sem querer (já que é muito fácil me ver caindo e batendo em qualquer lugar) e assim, eu conquistei o carinho de muita gente. Lembro até hoje do dia que cheguei em Campos e entrei na UFF pela primeira vez, lembro exatamente do caminho que fiz, das primeiras pessoas com quem falei, dos primeiros professores que conheci. Eu poderia dedicar inúmeras páginas as muitas pessoas que passaram por mim desde que cheguei, pois no fim fizeram parte desse longo processo, mas como não seria possível, eu os agradeço de todo o coração mesmo não mencionando nome por nome.

Agradeço, aos meus amigos, os que caminharam comigo até aqui e os que seguiram caminhos diferentes. Eu me mudei de casa algumas vezes em Campos e morei com pessoas diferentes durante esses anos, então, eu dedico essas linhas a vocês que me marcaram. Às meninas com quem dividi casa pela primeira vez, Anna Maria, Luciana, Luana, Lorena e Letícia, obrigada pelo aprendizado, que apesar dos momentos de caos, pude me aproximar de cada uma e guardar muitas lembranças com carinho.

Bárbara, que se tornou minha companheira de trabalho de campo (porque eu a obriguei a dividir quarto comigo), minha *roommate* pra dividir tudo, e a melhor parceira que a faculdade poderia me dar, obrigada por fazer esses anos que moramos juntas serem tão especiais e cultivo para nossa amizade. O que seria de mim sem você pra me impedir de ser atropelada quando eu atravessava a rua?

Gabrielle, Nathalia, Timóteo e Murilo que também dividiram comigo, além do teto, apoio e incentivo. Ter tido vocês pra passar o tempo e poder contar fez a caminhada ser mais leve até aqui. Hudson, meu amigo capricorniano, obrigada por ter sido meu grande companheiro de loucuras e reclamações. Dani e Laura, obrigada por aceitarem ser minhas parceiras de trabalho em grupo. Mayara, obrigada por sempre aparecer de surpresa e me alegrar. E minha amiga Jamar, que fez merecer essas linhas só pra ela, obrigada por ter entrado na minha vida e marcado ela pra sempre. Jamais esquecerei vocês.

Agradeço a turma de 2017.1 por toda a troca e paciência, eu não escolheria outra pra ter feito parte.

Aos meus professores, agradeço a todos que me ensinaram tanto, mas especialmente os que me despertaram maior admiração pela Geografia e me ensinaram acima dos conteúdos, o real valor da educação pública. Professor Gustavo Givisiez que me deu a primeira oportunidade de ser bolsista PIBIC, Professor Thiago da Silva, professora Socorro Lima, professor Glauco Rodrigues e por fim, mas não menos importante, a professora Tatiana Tramontani, que sempre me serviu de inspiração (a qual fiz questão de fazer 6 disciplinas com a mesma) e se tornou minha orientadora. Sou imensamente grata pelos momentos de conversa, troca, orientação e ensinamentos!

Agradeço pelas oportunidades que tive e pelas bolsas que me foram essenciais. Fui bolsista durante toda a minha formação e por isso pude concluir meu curso e este trabalho. Agradeço a UENF por ter me acolhido também e me permitir ser bolsista de extensão de um projeto incrível. Obrigada PROAES, CNPq e a PROEX.

Agradeço aos laboratórios que me acolheram e em especial ao Núcleo de Estudos sobre o Território e Conflitos Sociais. Agradeço também aos meus colegas de laboratório pelas discussões, parceria nos trabalhos e aprendizado.

Agradeço por ter sido a Universidade Federal Fluminense minha escolha, e especialmente a UFF Campos. Agradeço pela cidade de Campos dos Goytacazes ter se tornado a minha cidade do coração. E agradeço pelo privilégio de poder levar pra vida o sentimento de pertencer a esses lugares.

RESUMO

A geograficidade que compõe e dá forma à natureza sócio-geográfica urbana se manifesta por meio dos elementos que constituem os conflitos e com a construção de seus protagonistas, que vão carregar consigo os processos e dinâmicas próprias do urbano. O urbano, produto material e imaterial que se expande com a urbanização se caracteriza pela multiplicidade de elementos que se encontram e se relacionam. É o local onde as disputas se materializam, e as instituições e práticas entram em tensão; ao mesmo tempo, é o lugar das práticas de resistência, tendo em vista sua construção moldada por uma desigualdade estrutural de apropriação do espaço. Certas manifestações, conflitos e ativismos sociais implicam um uso político e estratégico do espaço urbano. Esse fato nos remete a importância de compreender a formação do urbano à luz da conflitividade, pois cada conflito em suas particularidades nos possibilita traçar uma análise empírica e buscar na formação sócio-espacial reflexões e posicionamentos sobre questões tão latentes na sociedade urbana atual, o que recoloca analiticamente os processos de urbanização periférica e, conseqüentemente, de pobreza e crise urbana. Pretendeu-se sistematizar e analisar os conflitos urbanos no Brasil no período de 2003 a 2010 inserido no recorte temporal dos primeiros governos do Partido dos Trabalhadores, a partir de dados disponibilizados pela Revista do Observatório Social da América Latina/CLACSO na tentativa de estabelecer e compreender as relações entre protagonistas, formas de organização, escalas de articulação, natureza sócio-geográfica e espacialidade urbana. Tal sistematização nos abre caminho para o entendimento da realidade dos grupos e sujeitos que vivem, experimentam e produzem espaços para construção de novas, ou outras, experiências de cidade.

Palavras-chave: Geograficidade. Espacialidade urbana. Conflito.

ABSTRACT

The geographicity that composes and shapes the urban socio-geographic nature is manifested through the elements that constitute the conflicts and with the construction of their protagonists, who will carry with them the processes and dynamics typical of the urban. The urban, material and immaterial product that expands with urbanization, is characterized by the multiplicity of elements that meet and relate to each other. It is the place where disputes materialize, and institutions and practices come into tension; at the same time, it is the place of resistance practices, in view of its construction shaped by a structural inequality of space appropriation. Certain manifestations, conflicts and social activism imply a political and strategic use of urban space. This fact reminds us of the importance of understanding the formation of the urban in the light of conflict, since each conflict in its particularities allows us to draw an empirical analysis and seek reflections and positions on issues so latent in today's urban society in the socio-spatial formation. analytically relocates the processes of peripheral urbanization, and consequently of poverty and urban crisis. We intend to systematize and analyze urban conflicts in Brazil in the period from 2003 to 2010 within the time frame of the first governments of the Partido dos Trabalhadores and Lula in the presidency, based on data provided by the Revista do Observatório Social da América Latina/CLACSO in order to try to establish and understand the relationships between protagonists, forms of organization, scales of articulation, socio-geographic nature and urban spatiality. Such systematization paves the way for understanding the reality of groups and subjects who live, experience and produce spaces for building new, or other, city experiences.

Keywords: Geographicity. Urban spatiality. Conflict.

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Exemplo de classificações realizadas para o ano de 2010. _____ 24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Conflitos urbanos classificados nas tabelas do Excel. _____ 28

LISTA DE ABREVIATURAS

ASC	Associação da Sociedade Civil
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
LEMTO	Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo, assexuais+
MCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OSAL	Revista do Observatório Social da América Latina e Caribe
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PT	Partido dos Trabalhadores
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: A METODOLOGIA APLICADA A SISTEMATIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS URBANOS	21
1.1 Sobre a geração de dados: identificação, sistematização e análise das fontes de pesquisa	22
1.2 Sobre os recortes espaciais e as escalas de análise	24
CAPÍTULO 2: CAMINHOS PARA INVERSÃO: A FORMAÇÃO URBANA BRASILEIRA À LUZ DOS CONFLITOS E ATIVISMOS SOCIAIS	26
2.1 Resultados gerais sobre as classificações e categorias dos conflitos urbanos	27
2.2 Possíveis correspondências, tipologias e padrões de conflitividade	35
CAPÍTULO 3: A ESPACIALIDADE URBANA DOS CONFLITOS SOCIAIS E UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PERÍODO (2003 a 2010)	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	55

INTRODUÇÃO

O surgimento de novas dinâmicas dentro do cenário político da sociedade – que podem romper ou reafirmar certas ordens instituídas – implica na reorganização do espaço regido pela lógica capitalista de acumulação e faz emergir novas movimentações sociais e novos padrões de conflitividade. Na presente pesquisa, o olhar para a espacialidade do conflito se apresenta com foco para a análise e compreensão das conjunturas atravessadas por tensões e contradições impostas por uma ordem hegemônica. Nessa perspectiva, as particularidades materiais e simbólicas que compõem o espaço urbano, assim como a relação e construção dos protagonismos sociais, se apresentam de maneira relevante para entendimento das dinâmicas dos conflitos urbanos e o que estes representam. Desse modo, este trabalho se debruça em um debate teórico-metodológico já existente na Geografia e tenta compreender a cidade – a qual compõe e dá forma à natureza urbana – a partir da análise da ação social no espaço, ou seja, por meio dos conflitos e ativismos sociais. Isso implica na busca da formação sócio-histórica e territorial do urbano como forma de sistematização dos conflitos, seus protagonistas e as reivindicações que carregam, concreta e subjetivamente.

Partimos da ideia de que os conflitos sociais possuem uma geograficidade, ou seja, estão inscritos no espaço e possuem, portanto, uma espacialidade. Isso nos leva a reconhecer cada espacialidade amplamente como portadora de sentido político, econômico, cultural, estético, simbólico etc. Para compreender a geograficidade dos conflitos sociais no espaço urbano, a incorporação do espaço e das dimensões da espacialidade se torna indispensável, assim como a análise do espaço urbano como condição, meio e produto da reprodução social (cf. CARLOS, 2013). Dessa forma, é preciso destacar a geograficidade do social (cf. PORTO-GONÇALVES, 2006) para entender que é a partir das relações que os sujeitos assumem com o lugar em que vivenciam suas realidades concretas que se constroem esses espaços, “afinal, o espaço geográfico é construído pela relação que os diferentes seres estabelecem entre si na sua materialidade” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 9).

Se partirmos do pressuposto de que o espaço, e o espaço urbano especificamente, vai se moldar com a sociedade e se produzir no mesmo movimento com todas as possibilidades de contradições existentes, o conflito como fator constituinte das relações sociais e de poder, é parte da manifestação concreta das contradições sociais mantidas por qualquer ordem socioespacial (cf. RAMOS, 2003). Em outras palavras, “o conflito social é expressão das

mudanças em ato e, portanto, é a expressão das tensões e contradições da própria ordem social que constitui na própria medida que transforma.” (RAMOS, 2003, p. 2).

Ao admitir o conflito como contradição em estado prático sob determinada ordem, torna-se necessário ressaltar as raízes inauguradas pelo advento da modernidade, levando em consideração as bases contraditórias por meio das quais se consolidou e que se perpetuam com a dimensão conflitiva da colonialidade. Incorporar a moderno-colonialidade¹ é evidenciar uma análise estrutural onde o Brasil, um país latino-americano, insere-se no sistema-mundo e, dessa forma, carrega consigo um ônus, mas também o arsenal de possibilidades para mudanças e rupturas da mesma ordem hegemônica, por meio de novas relações, frentes e atuações sociopolíticas, onde a construção e atuação dos protagonistas se demonstra de suma importância.

De acordo com Ramos (2003, p.5) “a conflitividade nos remeteria às suas condições de possibilidade, isto é, as condições que tornam mais prováveis determinados conflitos do que outros.”. Assim, a conflitividade pode ser compreendida como situação permanente da sociedade e nos remete às condições existentes que vão considerar para além das estruturas, as conjunturas que se impõem pelas escalas de tempo e geográficas. Retomando os argumentos já expostos aqui e ressaltando a relação entre sociedade e espaço, podemos concluir que “os conflitos expressam a dialética aberta dos espaços instituintes” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.19) mantendo ligação direta com o seu lugar de origem, tendo em vista que os lugares carregam a materialidade concreta e subjetiva dos sujeitos sociais.

Atravessando as estruturas sociais formadas por condições da realidade vivida cotidiana, vai ser no contexto desse movimento e a partir dele que irão surgir novas inquietações e questões a serem pensadas, refletidas e reinventadas; que vão afirmar os projetos políticos, possíveis identidades e protagonistas, baseada numa relação indissociável com o espaço em que vivem e/ou reivindicam. São essas experiências que dinamizam a ação social e impulsionam esses protagonistas para o campo dos conflitos e lutas sociais, constituindo os ativismos sociais.

Logo, fica evidente que é necessário ir além das condicionantes históricas – não quer dizer descartá-las ou excluí-las – para pensar o urbano a partir dos conflitos sociais, ou pensar a geografia do social, tendo em vista que os conflitos carregam e expressam singularidades de modo a se fazerem caros para o presente estudo. Isto posto, o que se propõe aqui é uma tentativa de atribuir protagonismo às contradições sociais em estado vivo e outras perspectivas para pensar uma análise sócio-espacial por meio dos ativismos sociais incorporados à Geografia. Em acordo com

¹ PORTO-GONÇALVES, 2006 e 2009.

Ramos (2003), considera-se que um estudo a partir da escala dos conflitos sociais tende a uma valorização do tempo curto que destaca uma análise do tempo da conjuntura, mas também da estrutura da formação sócio-espacial, onde os acontecimentos devem ser devidamente contextualizados e, necessariamente, periodizados, além da definição das escalas temporais e espaciais, de modo a tornar possível enfatizar e apreender especificidades, informações e abstrações que os conflitos urbanos e, principalmente, os protagonistas, carregam através de suas múltiplas experiências incorporadas em suas realidades cotidianas, suas articulações e seus ideais.

Atribuir o caráter de protagonista aos sujeitos que compõem os conflitos e as lutas nos coloca a possibilidade de outra perspectiva de produção do conhecimento (cf. RODRIGUES, 2015). Para pensar o protagonismo social é fundamental entender o significado por trás de tal conceito, onde os indivíduos atribuídos de suas subjetividades passam a construir e a compartilhar estratégias de ação coletiva para se colocarem como sujeitos políticos efetivos e isso implica

um complexo processo de construção social de uma identidade coletiva, de um imaginário social, uma subjetividade, formas de organização, manifestação, margem política e econômica de manobra e por fim, o interesse em superar determinada condição social (RAMOS, 2003, p.23).

Entretanto, tomando os conflitos sociais como parte constitutiva das relações sociais e de poder e dando centralidade às lutas e seus protagonistas, torna-se indispensável, para além de explicitar uma ordem hegemônica vigente, pontuar que não é possível a existência de protagonista sem antagonista e que esses processos instituintes fazem parte de um movimento amplo e total da sociedade que explicita as relações de poder e as lutas de classes. Assim, pode-se falar que “é desse processo crítico e conflituoso que surge a possibilidade do surgimento do novo, da realização de transformações conjunturais e estruturais nas relações de poder e na organização sócio-espacial” (RODRIGUES, 2015, p.243) do urbano.

Podemos compreender a *natureza sócio-geográfica* dos eventos conflituos como processo social inscrito em determinado espaço-tempo. Por este motivo, nos interessa aqui ressaltar os aspectos da *natureza sócio-geográfica urbana* de modo a contribuir para pensar a maneira como tal construção nos permite analisar a dinâmica dos conflitos e ativismos sociais e vice-versa.

A geograficidade que compõe e dá forma à natureza sócio-geográfica de uma formação urbana se manifesta por meio dos elementos que constituem e seus protagonistas, os quais vão carregar consigo os processos e dinâmicas particulares do urbano. Sendo assim, a natureza sócio-geográfica do conflito vai ser identificada através da busca desses elementos e nos processos sócio-espaciais que

os constituem, como suas motivações, os protagonistas, antagonistas, as formas de organização e manifestação do conflito.

O urbano pode ser entendido como produto sócio-espacial que se expande por meio do processo duplo urbanização-industrialização e que se caracteriza por seu caráter aglutinador (RAMOS, 2003) e pela multiplicidade dos elementos que se encontram e se relacionam. É nele o local onde as disputas se materializam e as instituições e práticas entram em tensão; ao mesmo tempo, é o lugar das práticas de resistência, tendo em vista sua construção moldada por uma desigualdade estrutural de apropriação do espaço; e carrega em seu bojo o lócus do poder, da tomada de decisões e, propriamente da política. Tais características nos permitem analisar o urbano sob diferentes prismas ao considerar o substrato material, seus equipamentos e atributos sempre *em disputa*; ao mesmo tempo pensar os múltiplos e contraditórios discursos, representações, significados e ideologias.

A espacialidade dos conflitos pode, portanto, expressar as disfuncionalidades de uma urbanização impulsionada pela monocultura (desde sempre colonial no Brasil) e pela industrialização concentrada e centralizada, ambos processos pautados na concentração dos meios de produção, que sujeita a maior parte da população a vender sua força de trabalho e a vivenciar espaços desiguais e segregados.

Partindo dessas elucidações, veremos que tais características transformam o espaço urbano em objeto e cenário de muitas movimentações importantes, onde a cidade pode ser espaço de disputas e conflitos, mas também ser receptáculo das ações dos sujeitos que buscam maior visibilidade para questões de outra natureza sócio-geográfica, como conflitos do campo e relativos à povos e territórios tradicionais², onde sua natureza sócio-geográfica pertence ao rural. A partir disso, é possível apreender que certos ativismos e movimentos sociais exercem um uso político e estratégico do espaço urbano, uma vez que os protagonistas podem manter suas manifestações e reivindicações sobre questões que não atingem de forma particular e ou diretamente as dinâmicas e espacialidade do urbano, para ganhar maior notoriedade e atingir seus objetivos. Podem aparecer movimentos que buscam pressionar governantes, órgãos estatais, infraestrutura, direitos humanos, por exemplo, sendo estes considerados ativismos *lato sensu*:

(...) ainda que tais ativismos utilizem de forma estratégica o espaço urbano e estabeleçam vínculos entre suas questões fundamentais com a espacialidade (racismo e segregação sócio-espacial, distribuição espacial dos equipamentos

² Cientes de que a denominação “povos tradicionais” é por si geradora de debate e em alguns casos já substituída pela expressão povos originários.

de saúde e educação, por exemplo), a questão da dinâmica do espaço urbano não funda e constitui o cerne dos ativismos (RODRIGUES, 2015, p. 248).

Particularmente, iremos nos atentar às lutas sociais que colocam em pauta explicitamente as experiências sobre existir e vivenciar a cidade, ou seja, que demonstram uma territorialidade *stricto sensu*, e que dessa maneira, reivindicam diretamente questões relacionadas à espacialidade do espaço urbano. Nesse caso, os protagonistas vão estabelecer um vínculo com as causas das manifestações e os objetivos estarão totalmente aliados às reivindicações para as possíveis alterações das dinâmicas já existentes nesse espaço urbano, que também vai assumir sua categoria de lugar para os sujeitos:

[...] ou seja, são aqueles onde o espaço assume uma centralidade, que funciona como o elemento catalisador da ação social, referência para as identidades e vínculos, condiciona as estratégias e os objetivos da coletividade, afinal, a transformação de sua dinâmica, ou, pelo menos, de parte dela, é o objetivo final da mobilização (RODRIGUES, 2015, p. 248).

É possível encontrar com facilidade as mazelas que estão materializadas no espaço urbano por meio de gigantescas periferias sociais constituídas por favelas, conjuntos habitacionais, bairros precariamente estruturados e habitados por trabalhadoras e trabalhadores de baixa renda que aglutinam a maioria da população pobre e miserável do continente e que nos remete a tempos de crise societária³.

Uma análise à luz dos conflitos urbanos vai, portanto, nos direcionar a uma série de questões que envolvem a sociedade em que estamos inseridos e vai nos remeter à importância de compreendê-los, pois extraído de cada conflito suas particularidades nos possibilita traçar uma análise empírica e buscar na formação sócio-espacial as reflexões e posicionamentos sobre questões tão latentes na sociedade urbana. O que, por seu turno, implica entender os processos de urbanização periférica (cf. SANTOS 2010, 2013, 2018) e, conseqüentemente, do aprofundamento da pobreza e da crise urbana (cf. RIBEIRO, 2006).

Portanto, através da leitura e análise espaço-temporal dos conflitos urbanos, pretende-se extrair elementos que contribuam para pensar a formação do urbano em sua multiplicidade. Sendo assim, propõe-se concretizar os objetivos ao sistematizar e analisar a geografia dos conflitos

3 “A crise societária corresponde à fragilização dos processos de socialização e, portanto, de orientações institucionais relacionadas à tessitura das interações sociais, ao compartilhamento de valores e, inclusive, ao uso dos mesmos códigos na comunicação diária.” (RIBEIRO, 2006, p.24).

sociais urbanos no Brasil no período de 2003-2010 a partir das Cronologias de Conflitos publicadas pela Revista do Observatório Social da América Latina e Caribe (OSAL)⁴.

Tal publicação disponibiliza dados que vão de 2001 a 2012 para o Brasil e demais países da América Latina e Caribe e a escolha deste período que marcam oito anos para compor a análise se justifica para além dos argumentos acima, como pela importância do momento histórico-político que o país vivenciou com os dois primeiros mandatos (2003 a 2006 e 2007 a 2010) do governo do Partido dos Trabalhadores, o primeiro governo reconhecidamente progressista do Brasil.

Para tal, os objetivos específicos são: 1. Identificar e sistematizar a partir de tabulação os conflitos urbanos ocorridos em cidades brasileiras entre 2003 e 2010; 2. Desagregar os conflitos identificados em atributos/categorias que auxiliem na análise; 3. Buscar e selecionar os conflitos urbanos a partir da ferramenta filtros do software Excel para investigar as possíveis relações que os protagonistas estabelecem com as formas de organização, com as formas de manifestação, com os motivos, as escalas (de ocorrência e política) e natureza sócio-geográfica urbana do conflito; 4. Investigar uma possível relação entre padrões de conflitividade e a espacialidade urbana.

Metodologicamente, buscaremos a partir dessa leitura, tabulação, classificação e análise de dados das cronologias estabelecer possíveis perfis, tipologias e/ou padrões que ajudem a compreender a formação do urbano brasileiro em suas diferentes dimensões.

Este trabalho está dividido em 3 capítulos. O primeiro capítulo foi dedicado à metodologia utilizada na classificação e análise dos conflitos sociais urbanos, no intuito de aprofundar trazendo justificativas e detalhamentos sobre a base de dados e os recortes escolhidos.

No segundo capítulo nos debruçamos sobre os resultados obtidos dos conflitos coletados e sistematizados para propor entender a formação urbana por meio dos protagonistas, suas motivações e objetivos, suas formas de organização e formas de manifestação.

Por fim, no capítulo 3 buscou-se compreender a espacialidade urbana que os conflitos carregam trazendo uma breve contextualização histórica do recorte temporal escolhido (2003-2010).

Ao invés de uma análise que busca no urbano a raiz dos conflitos, pretende-se uma inversão que é a busca da formação urbana e sua natureza sócio-geográfica em bases conflitivas que evidenciam protagonistas, objetivos e determinados padrões de organização e manifestação.

Podemos nos questionar sobre que espacialidade move, orienta o conflito, ou de qual forma podemos melhor interpretar os sentidos dessa espacialidade para compreender o conflito; quais os

⁴ As cronologias ainda disponíveis na plataforma CLACSO se encontram nas referências bibliográficas deste trabalho, referente aos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. As demais cronologias dos anos anteriores foram obtidas mediante solicitação aos editores.

resultados produzidos a partir das disputas e tensionamentos; como a produção do espaço urbano responde e é, por si mesma, resposta aos processos conflitivos e contraditórios de produção material da sociabilidade urbana. Eis algumas das possíveis indagações.

CAPÍTULO 1 – A METODOLOGIA APLICADA A SISTEMATIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS URBANOS

Para atender os objetivos deste trabalho, ou seja, compreender o urbano à luz da análise dos conflitos sociais urbanos, neste primeiro capítulo buscamos aprofundar a metodologia utilizada na pesquisa, tendo em vista, em primeiro lugar, uma produção de conhecimento acumulada e explicitada por autores que lidam com análises a partir da escala da ação social, propriamente dos ativismos e movimentos sociais⁵. De modo que tal metodologia se faz fundamental para a produção e para a finalidade deste estudo.

Em referência, torna-se importante ressaltar a existência de produções de conhecimento, trabalhos e laboratórios de pesquisa que buscam um olhar de análise semelhante, visto que também formam parte deste trabalho ao passo que foram essenciais para a realização da pesquisa. O Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO) e o Núcleo de Estudos sobre Território e Conflitos Sociais, ambos vinculados à Universidade Federal Fluminense (UFF), o primeiro ao Departamento de Geografia de Niterói e o último ao Departamento de Geografia de Campos dos Goytacazes, são as referências de uso da metodologia em questão e integram diversos projetos de pesquisa do qual este Trabalho de Conclusão de Curso provem e faz parte.

Segundo Souza (2007) a Geografia, ao longo do tempo, se dedicou prioritariamente à análise das sociedades e seus espaços a partir de uma “visão de sobrevoo”, o que significa que para a maior parte das análises e dos estudos que se pretendem para esse campo, priorizou-se um “olhar distanciado”, uma escala que parte de um olhar geral, além de uma perspectiva onde o “lôcus de construção discursiva” (que parte dos ambientes dos quais os discursos foram elaborados) e o “lôcus de referência discursiva” (as instituições e/ou dos sujeitos coletivos que se convertem em objeto de conhecimento) é próprio do Estado e do mercado, raramente, dos ativismos e movimentos sociais. Nesse sentido, o autor destaca que as *escalas de análise e ação* se diferenciam, e dessa forma, propõe uma combinação das mesmas, onde um olhar de perto e de longe nos faria avançar, apresentando e mantendo a crítica:

considerar os homens e os grupos “de longe”, sem adentrar as suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos de libertação. É desse ângulo que se pode dizer que muitos pesquisadores têm negligenciado (ou banalizado) aspectos importantes do estudo dos produtores do espaço, mesmo nos casos em que abraçam uma perspectiva de crítica social (anticapitalista e de oposição ao Estado capitalista). [...] O que se deseja aqui salientar é que ignorar ou

5 PORTO-GONÇALVES (2006); RIBEIRO (2000), (2006), (2009); SOUZA (2006), (2007); RAMOS (2003), (2019); RODRIGUES (2015), (2019), com base nos trabalhos utilizados como referência bibliográfica.

examinar de maneira muito perfunctória as densas teias de significados, emoções e motivações que sustentam as falas dos atores sociais é algo em boa medida contraditório com as exigências de análises e de uma práxis verdadeiramente emancipatórias. (SOUZA, 2007, p.104).

Logo, a metodologia inclui a base de dados escolhida e a forma de sistematização dos mesmos, o que nos remete atenção para um estudo que reafirma e dá foco a ação dos agentes sociais, dos protagonistas, como *produtores do espaço* (SOUZA, 2007) e agentes modeladores do espaço (CORRÊA, 1995) em uma perspectiva outra que não o *olhar do Estado*, como uma escala verdadeiramente humana (SOUZA, 2007).

1.1 Sobre a geração de dados: identificação, sistematização e análise das fontes de pesquisa

A revisão bibliográfica do tema geografia dos conflitos sociais, com ênfase no recorte urbano, se deu a partir de livros e artigos, agregando temáticas afins que envolvem questões e elementos da formação do urbano, em conjunto com os procedimentos de identificação e contextualização dos dados (conflitos), onde considerou-se levantamento e pesquisa documental em jornais e outras mídias digitais⁶.

O tipo de pesquisa se enquadra como descritiva e também exploratória com relação aos objetivos, e apresenta abordagem qualitativa⁷ de análise dos dados. Isto posto, podemos dizer que para este estudo, método e objeto se apresentam de maneira indissociável, uma vez que os rumos da pesquisa dependem daquilo que os dados irão revelar.

Apesar de obtermos o uso de dados para análise quantitativa e eles auxiliarem para o desenvolvimento da pesquisa, para a sua real proposta e justificativa, não seria possível fazer avançar em resultados e possíveis conclusões se o foco da análise não fosse uma leitura qualitativa e interpretativa dos dados. Por isso, é importante lembrar que esta pesquisa não tem fins de análise conclusivas e definitivas, e sim segue um caminho que busca possibilitar outras reflexões e entendimentos para abordagens dos conteúdos trabalhados nela.

A partir disso, a sistematização envolve classificação via tabulações realizadas no *software Excel* e periodização como recorte para relacionar e interpretar os dados. Dessa forma, a leitura e classificação dos conflitos urbanos ocorridos no Brasil entre 2003 e 2010 teve como fonte documental prioritária as cronologias dos conflitos sociais oferecidas pela Revista do Observatório Social da

⁶ O uso de fontes complementares em jornais e outras mídias sociais ficou reservado ao acesso de informações faltantes de acordo com as cronologias dos conflitos sociais da revista OSAL.

⁷ “A pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas.” (RAMIRES; PESSÔA, p.25, 2013).

América Latina e Caribe (OSAL), disponibilizada pela biblioteca do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Além disso, as classificações vão categorizar os estados, municípios, localização e data de ocorrência de cada conflito.

As informações sobre o conflito categorizam: protagonista, motivo, antagonista, organização, manifestação, confronto, escala, natureza sócio-geográfica e resultados. Vale ressaltar que para a construção das tabelas no *Excel* foram atribuídos, para cada categoria na base de classificação, numerações criadas previamente, onde cada categoria pensada das citadas acima, corresponde a um número, conforme classificação apresentada no Anexo 1.

As tabulações dos oito anos de conflitos foram feitas em conjunto com os integrantes⁸ do Núcleo de Estudos sobre Território e Conflitos Sociais.

Cabe dizer também que alguns conflitos encontrados fogem a essa regra das classificações, e apesar de contabilizados e sistematizados, não vão ter certas informações completadas nas tabelas por falta de dados na descrição do OSAL que a pesquisa complementar em jornais não solucionou.

Para finalidades desta pesquisa foi necessário reconhecer os limites com relação a grande quantidade de informações extraídas dos dados para análise e, nesse sentido, estabelecer recortes e filtros para a sistematização de informações a serem analisadas. O primeiro desses recortes passou pela delimitação dos conflitos classificados como de *natureza sócio-geografia urbana*, por meio da ferramenta filtros do Excel, deixando de lado nesse momento os dados classificados como “rural e como “ambos” (rural e urbano), assim como os conflitos sociais que consideram apenas o uso do espaço urbano como palco político e não como objeto de reivindicação propriamente dito.

Buscou-se também delimitar para a análise as relações que os protagonistas podem ou não estabelecer com as demais categorias, como com os motivos e forma de organização inseridos em cada conflito. Com isso, certas generalizações foram feitas para que fosse possível uma sistematização dos dados que fosse coerente, ou seja, que desse conta da proposta apresentada. Desse modo, após a sistematização dos conflitos nas tabelas, para dar início aos agrupamentos com fins de análise, levou-se em consideração a ausência de informações julgadas como necessárias em algumas categorias importantes, a exemplo da falta de informações sobre o estado que ocorreu o conflito, como também se agrupou os conflitos semelhantes em categorias anteriormente apresentadas.

⁸ Pelo esforço coletivo, colaboração e amizade ao longo de 2 anos de trabalho debruçados sobre o extenso banco de dados mencionado, agradeço nominalmente a parceria dos colegas: Henrique Bandeira, Mayra da Silva e Roger Lemos. Sem vocês esse trabalho não teria sido possível!

Figura 1: Exemplo de classificações realizadas para o ano de 2010

F	G	H	J	M	P	S	W	X
Data	Protagonista	Protagonista	Motivo	Antagonista	Organizacao	Manifestacao	Escala	Natureza
12/04/2010	1	2	3	22	8	1	Local	2
14/09/2010	1	2	1	22	6	X	Local	2
15/03/2010	1	2	3	22	6	1	Local	2
22/03/2010	1	2	3	22	1	1	Local	2
25/03/2010	1	2	3	22	6	13	Local	2
20/06/2010	1	2	3	22	6	1	Local	2
24/05/2010	1	2	3	22	6	1	Local	2
19/10/2010	1	2	17	22	1	1	Local	2
15/03/2010	1	2	1	22	6	1	Local	2
19/05/2010	1	2	3	22	1	1	Local	2
19/05/2010	1	2	3	22	1	1	Local	2
21/10/2010	1	2	X	22	1	6	Local	2
08/04/2010	1	7	3	22	1	6	Local	2
31/03/2010	1	7	17	22	1	6	Local	2
19/03/2010	1	7	3	22	1	X	Local	2
08/06/2010	1	7	3	22	1	4	Local	2
14/06/2010	1	X	3	22	6	1	Local	2
26/03/2010	1	X	3	22	1	X	Local	2
19/06/2010	1	X	3	22	6	X	Local	2
25/03/2010	1	X	3	22	1	11	Local	2
10/06/2010	1	X	3	22	6	4	Nacional	2

Fonte: Tabulação elaborada por Maria Izaura Felipi Manço, com base em dados da Revista do OSAL, 2010.

A chave de classificação multisetorial, por exemplo, num primeiro momento, tinha o objetivo de agrupar os protagonistas que não se enquadravam em apenas uma única categoria, porém, na execução da pesquisa, o multisetorial passou a representar também as categorias a que não foram atribuídas classificação, tendo em vista que a teoria e a transposição dos dados para a pesquisa não dá conta de traduzir de forma precisa os protagonistas, os “sujeitos de carne e osso” que conduzem e experimentam a ação social, assim como podem estar sujeitas ao desdobramento, ou mesmo criação (em um outro momento) de outras categorias para tornar o estudo mais fiel a realidade possível.

Optou-se, portanto, por filtrar a escala de ocorrência (do estado), a escala de visibilidade (local e nacional), protagonista, motivo, antagonista, manifestação e organização, onde tais agrupamentos foram realizados no intuito de dar ênfase à atuação dos protagonistas.

Com relação ao período de análise, ou seja, a periodização, este foi estabelecido com base na disponibilidade de dados oferecidos pela principal fonte documental da pesquisa.

1.2 Sobre os recortes espaciais e as escalas de análise

Antes de mais nada, é importante ressaltar que é por meio da *manifestação* que ocorrem os conflitos sociais. A manifestação pode ser considerada o “ápice da ação dos protagonistas [...] pois é neste momento que os protagonistas tentam ocupar um espaço na arena política pública para se colocar como um sujeito ativo da construção do devir social” (RAMOS, 2003, p.34).

Na definição da *escala de análise* dos conflitos urbanos identificamos sua *escala de ocorrência*, mas também outras escalas que, combinadas com a primeira, compõem a “política de escalas”, sendo essa a *escala do poder de mobilização* e de *visibilidade*, uma vez que ao tratarmos sobre a escala do conflito, não nos referimos somente à sua área/dimensão de abrangência, mas também à escala da sua importância política, econômica e cultural (RAMOS, 2003). Sobre a escala do fenômeno político:

A escala política é a escala de importância, de mobilização. Ela é o grau de intensidade com o qual o conflito atinge a sociedade. Essa intensidade depende diretamente da força política dos protagonistas, da sua capacidade de articulação política, sua força econômica, das questões que os movimentos sociais colocam para a sociedade e como a sociedade responde essas questões (RAMOS, 2003, p.22).

Com relação a escala de ocorrência a pesquisa priorizou filtrar a escala das unidades federativas (os estados brasileiros) e para a escala do fenômeno político, dois níveis escalares, o local (a cidade) e o nacional, buscando estabelecer uma relação entre eles a partir de uma perspectiva múltipla, ou seja, apreender suas influências recíprocas (afinal, a dinâmica do local não é sempre determinada, ou subordinada ao nacional ou global, mas, ao contrário, pode impulsionar transformações nessas escalas), localizando no tempo e no espaço como os processos se condensam e ganham vida, concretude e existência (RAMOS, 2003).

Considerando a perspectiva escalar descrita, tomaremos como recorte espacial para seleção dos conflitos aqueles que tem como motivador ou causa a dinâmica social e o espaço urbano em sua materialidade.

Em vista disso, essa sistematização busca, para além de estabelecer possíveis perfis, classificações, tipologias e/ou padrões, uma representação do espaço comprometida com o reconhecimento dos sujeitos sociais e com os sentidos da ação (RIBEIRO, 2009), na tentativa de abrir caminhos para o entendimento da realidade desses grupos e sujeitos que atuam ocupando, reivindicando, refuncionalizando e ressignificando espaços para construção de novas ou outras experiências de cidade.

CAPÍTULO 2 – CAMINHOS PARA INVERSÃO: A FORMAÇÃO URBANA BRASILEIRA À LUZ DOS CONFLITOS E ATIVISMOS SOCIAIS

Para que fosse possível uma proposta de tentar compreender o fenômeno urbano utilizando como categoria de análise os conflitos e activismos sociais nas cidades brasileiras, no período que comporta os anos de 2003 a 2010, se fez necessário buscar nas leituras e análise metodológica das cronologias dos conflitos sociais publicadas pela OSAL, a ocorrência de cada conflito urbano para extrair de suas contradições, seus agentes sociais, suas reivindicações e suas formas intervenção e apropriação dos espaços.

Entendendo a conflitividade como condição permanente e inerente à sociedade, serão as lutas sociais dos sujeitos que vivenciam um cotidiano marcado pela fragilidade no acesso a serviços e infraestrutura básicos de educação, saúde, habitação, transporte, melhores condições de salário e trabalho, que vão evidenciar uma realidade urbana segregada, na qual prevalecem os desígnios de uma modernização conservadora e a perpetuação de estruturas de poder por ordens hegemônicas e discursos que os legitimam.

Para além, os conflitos urbanos, e mais precisamente, seus protagonistas, podem nos revelar por meio da análise de sua geograficidade possíveis correspondências e padrões de conflitividade, considerando que “as mudanças que transcorrem nas relações sociais e de poder têm nos conflitos sociais sua expressão privilegiada [...]” (RAMOS, p.5, 2003), e neste caso, podem estar relacionados mais enfaticamente ou não com a escala temporal do recorte aqui definido, aquele referente aos dois primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores no governo federal.

Lefebvre (1981, p.48 apud SOUZA, 2018, p.238) nos mostra que “a prática espacial de uma sociedade se descobre ao se decifrar o seu espaço” sendo cada prática espacial, também social, onde a espacialidade “é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos desejos a serem alcançados,” (SOUZA, 2018, p.241). Dessa forma, enfatizando a ação dos sujeitos sociais e suas relações mútuas com o espaço, a leitura dos conflitos sociais nos abre caminhos para decifrar esses espaços sociais, dotados de práticas sociais insurgentes, que nos remetem à ideia de práxis, como as ações que visam à transformação da realidade.

O urbano se constituiu, por excelência, numa escala sócio-geográfica que concentra e aglutina. Portanto, “a cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções” (SANTOS, 2013, p.11), onde a multiplicidade de elementos vai nos remeter a questões latentes presentes na sociedade:

O urbano, entendido como um produto sócio-espacial, possui uma força aglutinadora, como podemos observar em relação ao processo de industrialização e urbanização. O urbano aglutina pessoas, capital, instituições financeiras, indústrias, comércio, meios de produção, casas, portos, museus, centros administrativos, órgãos do Estado, empresas, sindicatos, etc. O urbano concentra as instituições políticas, econômicas e culturais que se colocam como hegemônicas na sua relação com outros grupos/classes sociais (trabalhadores, camponeses, oligarquias rurais, pobres urbanos, etc.); é o lugar dos centros de decisões, de onde parte o controle da produção, as decisões políticas, de produção de subjetividade (produção de desejos, necessidades e símbolos hegemônicos), produção de modas e culturas de massa. Ao mesmo tempo, o urbano é o lugar do encontro entre as pessoas, encontro das diferenças, das festas, das culturas populares, das práticas de resistência ao poder hegemônico que se dá nos corpos, no tempo e no espaço. Enfim, o espaço urbano é uma multiplicidade de sujeitos, instituições e práticas que se relacionam, entram em tensão, em conflito e também produzem novas práticas e relações entre as pessoas. (RAMOS, 2003, p. 17).

À título de ilustração, diversos conflitos, ações e manifestações tiveram como causa a crítica à dinâmica urbana contemporânea, como, por exemplo, as lutas contra os aumentos das tarifas dos transportes públicos e as manifestações contra as remoções promovidas pelas obras para a *Copa do Mundo FIFA 2014* e as *Olimpíadas do Rio de Janeiro* em 2016. Por conta disso, diversas lutas e debates se intensificaram, ou ganharam maior notoriedade, apesar da sua preexistência (como a luta por moradia, o movimento sindical, a questão da mobilidade urbana e as violações de direitos humanos, esta última particularmente no que se refere às lutas contra a violência policial em favelas e periferias, majoritariamente organizadas por associações e movimentos de bairro, favelas e periferias, e/ou por frações do movimento negro e de luta antirracista).

Nessa perspectiva, as questões que nos interessam referem-se às lutas engendradas pela classe trabalhadora para se apropriar do espaço urbano, alterar as relações de poder que o constituem de forma desigual, democratizar o planejamento e a gestão, recolocar o sentido de viver, trabalhar e circular na cidade (RODRIGUES e RAMOS, 2019, p. 91).

2.1 Resultados gerais sobre as classificações e categorias dos conflitos urbanos

Para uma abordagem inicial, pode-se dizer que os dados sistematizados nas tabelas em Excel nos permitem organizar algumas classificações e levantar questões sobre o urbano de acordo com a aparição de cada categoria (protagonistas, motivos, organização etc.) nos conflitos coletados.

No total, foram sistematizados aproximadamente 2.500 conflitos urbanos, sendo estes filtrados por conterem informações completas de localização/área do conflito, levando em consideração que em cada ano analisado foi obtido um total de números diferentes de conflitos, não havendo um padrão. Algo que chama a atenção é um aumento na quantidade absoluta de conflitos contidos nas cronologias a partir do ano de 2005.

Tabela 1: Conflitos urbanos classificados nas tabelas do Excel

ANOS	QUANTIDADE DE CONFLITOS URBANOS FILTRADOS
2003	35
2004	83
2005	153
2006	235
2007	351
2008	659
2009	708
2010	369

Fonte: Tabulação elaborada por Maria Izaura Felipi Manço, com base em dados da Revista do OSAL, 2003-2010.

Com relação aos protagonistas, foi possível observar que a categoria dos *trabalhadores do setor público*, em primeiro lugar, e do *setor privado* em segundo, com grande diferença em relação às outras categorias (sem considerar os classificados como multisetorial), são os que mais se destacam como protagonistas em todos os anos analisados. A categoria dos *estudantes* vai ser a terceira que mais aparece, seguida da categoria de *moradores, trabalhadores informais e profissionais liberais*.

Algumas categorias vão aparecer com destaque maior em alguns anos e em outros não, como a dos *detentos* que aparecem com maior frequência apenas até o ano de 2007, a dos *ecologistas, trabalhadores autônomos, dos desempregados e aposentados*. A classificação para a categoria multisetorial, além de agrupar os protagonistas que não se enquadram em uma única categoria e que protagonizam em conjunto, no decorrer da pesquisa passou também a representar as categorias não abarcadas na chave predefinida, e conseqüentemente, aparecem com grande destaque em todos os anos, podendo ser interpretados conjuntamente à leitura dos motivos.

Com relação aos *motivos*, a categoria que mais aparece sendo reivindicada é a *por salário* em todos os anos analisados. Tais reivindicações, em sua maior parte, se enquadram por serem motivadas pela busca de aumento salarial, muitas vezes também acompanhada pela luta pela *redução da jornada de trabalho* sem redução de salários e por *melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas*, as quais aparecem na categoria das *políticas de ajuste estrutural*, entendidas como:

propostas e medidas econômicas bem como estratégias político-institucionais, partem do entendimento do NEOLIBERALISMO como um projeto global para a sociedade, com políticas articuladas, que não se limitam a medidas econômicas de efeitos conjunturais e/ou transitórios, trazendo consequências sociais graves e permanentes, muitas vezes de difícil volta atrás. (...) Como país retardatário, no entanto, o Brasil já entrou na fase das chamadas “medidas corretivas” do ajuste preconizado pelo Consenso de Washington, combinando, assim, as já conhecidas políticas ortodoxas no campo econômico com propostas ditas de “reforma do Estado”, aliadas a programas de “alívio” para a pobreza, tratando de enquadrar-se (ao menos na retórica) no chamado “Ajuste com Rosto Humano” proposto por alguns organismos internacionais como o PNUD, ou na “humanização da globalização” conforme declaração recente de ex-diretor do FMI. (...) A combinação perversa entre a reestruturação recessiva da economia e do setor público; a geração de novas situações de exclusão social; e o agravamento das já precárias condições sociais daquela parcela da população já considerada “em situação de pobreza”, resulta naquilo que estamos chamando de custo social do ajuste no Brasil (SOARES, 2001, p. 171-172).

Dessa forma, os motivos por políticas de ajuste estrutural seguem com destaque para todos os anos, aliada a outras, como as motivações por *emprego, melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas*, por exemplo.

Dentre os outros motivos mais recorrentes nos conflitos estão os por *políticas de direitos humanos, políticas de habitação, condições de trabalho, emprego, políticas de transporte e políticas de educação*. A categoria que representa os direitos humanos pode estar ligada a qualquer reivindicação relacionada ao ferir desses direitos, ou a necessidade de (r)estabelece-los, a exemplo da luta das mulheres, dos negros e LGBTQIA+ e o direito à mobilidade/acessibilidade urbanas.

Em algumas situações os direitos humanos estão associados ao quesito segurança pública, tanto como uma categoria recorrente nos conflitos urbanos envolvendo violência policial e a própria segurança do público, isto é, reivindicações de proteção e garantias civis, enquanto segurança perante a tutela compulsória do Estado, como nas situações de custódia de detentos em presídios e os desdobramentos em diversas situações conflitivas que podem ser o acesso ao sistema judiciário, maus tratos, abusos, violência e superlotação.

Para *condições de trabalho*, os motivos estarão relacionados ao ambiente e às condições legais, econômicas e morais em que o trabalho é desenvolvido, que podem variar de um ambiente insalubre, ou que represente risco aos trabalhadores, um trabalho economicamente degradante e economicamente insuficiente, ou mesmo condições de abuso e degradação moral dos trabalhadores como as situações de trabalho análogo à escravidão.

A categoria *por emprego*, por sua vez, geralmente ultrapassa a geração de empregos, e se associa à busca pela não informalidade e pela reivindicação de direitos.

Já para a categoria *políticas por habitação* vão estar presentes as condições de moradia, acesso à moradia e garantia da mesma (como direito essencial) como na luta contra despejos, por exemplo.

Do mesmo modo, para as motivações por *políticas de transporte* e *políticas de educação* estarão presentes, respectivamente, as reivindicações por melhoria de infraestrutura e contra aumento de tarifa dos transportes públicos, bem como a busca por melhores condições, acesso e investimento em educação.

Outros motivos reconhecidos nos conflitos aparecem em apoio a alguém, ou às pautas, como em *solidariedade* (que pode, também, estar associado a segurança pública) ou *contra o sistema*, que envolvem as categorias corrupção e antissistêmico.

Para os tipos de organizações envolvidas nos conflitos, considerando-as como a forma em que os protagonistas se organizam, as que apresentaram maior predominância foram, em primeiro lugar, por *Associação de Sociedade Civil*, onde estão incluídas as organizações sociais e institucionais independentes do aparelho estatal e que podem compor frentes de luta, como o Movimento dos Sem Teto (MTST), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e a categoria de organização por *Sindicatos*, que se mantém logo em seguida por quantidade.

Além destas, são utilizadas categorias que também classificam as organizações que não são identificadas diretamente nas cronologias dos conflitos, representando boa parte deles; as que são reconhecidas como *ação direta*, ou seja, não articula nenhuma organização; e as que envolvem duas ou mais organizações (multissetorial) que aparecem facilmente em eventos de escala nacional, ou na união por alguma causa comum, por exemplo. Por fim, os *partidos políticos* também são uma categoria de organização bastante presente em todos os anos analisados e que nos instiga atenção.

Sobre os *tipos de manifestações*, é importante lembrar que a partir e por meio delas os conflitos vão se concretizar de fato. Portanto, “uma manifestação é a concretização da ação

desencadeada por um protagonista, é o conflito enquanto ato (...) sem a manifestação não é possível a existência de conflitos sociais” (RAMOS, 2003, p.35). Nesse sentido, as classificações para a categoria das manifestações propõem nos aproximar de uma realidade sob o ponto de vista prático das estratégias espaciais vivenciada pelos protagonistas que apesar de não se esgotarem nas categorias e classificações postas, tornam possível refletir a espacialidade urbana e as questões que a norteiam, ou seja, “a manifestação, em primeiro lugar, pode ser compreendida como uma tentativa de *ocupar um espaço* na arena política para se colocar como um sujeito ativo da construção do devir social.” (RODRIGUES e RAMOS, 2019, p.98. Grifos no original).

O principal tipo de manifestação encontrada nos anos de análise foi classificado como *atos públicos/passeatas*. Procurou-se entender esse tipo de categoria como as formas de manifestações que estão abertas à adesão e participação pública, como os protestos de ruas. Em relação às manifestações com maior grau de especificidade, estão as *greves* e as *paralisações* os tipos que mais ocorreram dentro dos conflitos, onde os protagonistas, a partir da interrupção de uma atividade, buscam dar visibilidade a suas reivindicações ao mesmo tempo em que se contrapõem a certa ordem pré-estabelecida nos ambientes de trabalho.

De acordo com as manifestações que ocorrem por meio do uso explícito do espaço, ao ocupar um determinado local, por exemplo, foram elas também referidas nas categorias de *ocupação dos espaços/prédios públicos* e *ocupação de propriedades privadas* que se mostraram recorrentes nas formas de manifestações durante os anos analisados, e de maior ocorrência nos espaços públicos, evidenciando o enfrentamento direto contra a instituição/poder/ordem, ou mesmo a reivindicação de apropriação desses espaços como função social.

Além dessas, o *bloqueio de estrada* também é muito utilizado pelos protagonistas nas formas de manifestação e se associam à ocupação com vistas à interromper vias de importantes fluxos de pessoas e mercadorias como forma de chamar atenção e pressionar para o alcance de reivindicações.

Por último, existe a categoria para os tipos de manifestações que envolvem *ação direta*, não como um tipo de manifestação específica, mas como manifestações associadas ao enfrentamento físico entre o protagonista e o antagonista do conflito ou ação/deprecação contra algum patrimônio material, onde geralmente ocorrem violentamente, ou podem ser desdobramento no decorrer de alguma manifestação em andamento, podendo estar associadas a atuação de forças de repressão.

Evidentemente, os conflitos sociais são eventos concretos e, por tanto, ocorrem em um determinado espaço. Dessa forma, apreender a escala de ocorrência desses conflitos os torna importante para entender onde se localizam esses protagonistas, suas demandas e articulações,

entender como eles podem utilizar o espaço de maneira política para alavancar seus objetivos. Sabe-se que o urbano é o local onde se concentram as decisões e poder e a partir disso, esses protagonistas vão utilizar desses espaços a seu favor, e em determinados momentos, de localidades específicas e da quantidade de pessoas presentes, para garantir maior visibilidade no cenário público.

Sendo assim, a maior parte dos conflitos urbanos dentro do período de análise da pesquisa foram localizados no estado de São Paulo e no estado do Rio de Janeiro, dentro das capitais e também fora delas, evidenciando um destaque de eventos no Sudeste, evidenciando o destaque de sua formação territorial, econômica e política. Em seguida, muitos conflitos tiveram como palco a capital do Brasil, no Distrito Federal e pode-se dizer que apesar de não ser uma regra geral e existirem reivindicações locais, estes se fazem de exemplos na intenção de buscar visibilidade política e de articulações nacionais, que carregam reivindicações e motivações ligadas ao poder público governamental concentrado em Brasília.

Para as demais regiões, não houve um destaque quantitativo de conflitos por localidade, porém ainda seguindo uma ordem quantitativa, para a região Sul os estados que mais apareceram foram, respectivamente, o Rio Grande do Sul, seguido pelo Paraná e Santa Catarina. Na região Nordeste, estão os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas. Outros conflitos que não tiveram sua localização especificada nas cronologias e apenas são denominados eventos nacionais como “greve geral nacional” ou “ato público em todo o país” foram classificados em escala de ocorrência “diversos”, no intuito de representar que aconteceram em vários estados e em cidades diferentes.

Sobre a *escala de mobilização e visibilidade* (que se associa às formas de organização e de manifestação) presente nos conflitos, sabe-se que “essa escala política corresponde à relevância social do conflito e revela diferenciados graus de conflitividade e contradições sociais” (RAMOS, 2003, p.24) e, por isso, estão relacionadas com a capacidade de articulação dos protagonistas e o grau de intensidade e importância desses eventos. Logo, a escala política do local representa os eventos com escala de atuação reduzida e com reivindicações que podem ser específicas voltadas a uma escala que abrange desde um bairro até uma cidade. Para simplificação, os conflitos que poderiam ser classificados como “regionais” também foram incorporados na escala local. Com a escala política de eventos nacionais ficou estabelecido classificar os eventos que articulam ideias, propósitos e reivindicações coletivas e que atingem não só grande visibilidade para suas causas, com articulações de protagonistas, setores, instituições, etc. em mais de uma área de abrangência (em diferentes cidades e diferentes estados), mas também determinadas dinâmicas sociais na possível tentativa de romper estruturas.

Em vista disso, foi classificado e filtrado nesses conflitos urbanos que a escala política local se sobressaiu em relação à escala política dos conflitos considerados nacionais, porém se torna necessário frisar que a leitura desses conflitos pode ser absorvida de maneira que estes se mantenham articulados e relacionados.

A cada escala se associa uma certa margem de manobra para o Estado ou a própria sociedade civil (movimentos sociais, organizações diversas etc.) tentar superar problemas; e cada escala “filtra”, por assim dizer, as influências que emanam de outras escalas: por exemplo, circunstâncias muito favoráveis em nível local, estadual ou regional (administrações eficientes e comprometidas com uma agenda que priorize a justiça social, pujança econômica, sociedade civil bem organizada etc.) podem contribuir, e muito, para mitigar problemas nacionais (SOUZA, 2005, p.138).

Por fim, como exposto por Rodrigues (2015, p.244), "quando atribuímos aos ativismos a centralidade do protagonismo, não podemos nos esquecer que não existe protagonista sem antagonista". Dessa maneira, na existência de cada conflito as disputas e contradições entre os protagonistas e seus antagonistas vão necessariamente existir, variando de acordo com as suas atuações e motivações na luta por suas causas. Em se tratando de ativismos e movimentos sociais, a luta por condições dignas de acesso às cidades são travadas “às vezes com o Estado como interlocutor e parceiro, às vezes contra o Estado e, muito frequentemente, apesar do Estado” (SOUZA, 2010, p.197). Nesse caso, foi possível perceber através dos conflitos analisados que o Estado aparece como o principal antagonista e, posteriormente, as empresas privadas e o que consideramos como forças de repressão.

Para o Estado, a classificação o define como antagonista para aqueles conflitos onde os protagonistas buscam de alguma forma atingir o poder público, seja ele a instância máxima das instituições do governo federal, do governo estadual ou municipal, para que atendam suas demandas ligadas, por exemplo, à administração pública e ao planejamento e gestão de infraestruturas urbanas, no ato de ir contra o poder e/ou ordem vigente.

Na situação dos antagonistas que foram denominados como forças de repressão, estão incluídas as forças policiais (civil e militar) e também para alguns casos, grupos que podem agir associados a facções ou organizações repressivas. Essas forças de repressão, quando classificadas nas tabelas, estão em sua maior parte associadas ao enfrentamento direto que, nesse caso, raramente remetem a ação direta por parte de manifestantes, mas sim a repressão por parte dos agentes do Estado

contra alguma manifestação já em andamento, ou seja, contra a ação dos protagonistas durante os protestos, as ocupações (a exemplo das ações de reintegração de posse), os piquetes etc.

Apesar de a quantificação desses dados não ser de prioridade dessa pesquisa, as tabelas podem nos ajudar com informações sobre a ocorrência de enfrentamentos diretos e a incidência deles nos anos analisados, bem como permite avaliar o histórico de como os protagonistas, os ativismos e movimentos sociais são vistos e entendidos pela sociedade:

(...) todo movimento social, é portador, em algum grau, de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares. É por isso que o pensamento conservador, isto é, aquele que quer conservar a ordem social, chama aos movimentos sociais de desordeiros, procurando assimilar a contestação da ordem que querem manter (da sua ordem) à desordem. Frequentemente chama-se de baderneiros aqueles que se movimentam buscando outras relações de homens e mulheres entre si por meio das coisas. Procura-se, assim, desenvolver estratégias discursivas de criminalização dos que contestam a (sua) ordem como se só houvesse uma ordem possível – a sua (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.21).

A partir da experiência concreta e cotidiana que se apresenta no devir da sociedade, “são construídos projetos políticos e identidades que dinamizam a ação social e impulsionam os protagonistas para o campo dos conflitos e lutas sociais, constituindo os ativismos sociais.” (RODRIGUES, 2015 p. 243). Os ativismos sociais podem ser considerados "um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os movimentos sociais seriam um subconjunto [...] Os movimentos sociais, de sua parte, seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social” (SOUZA, 2006, p.278). Portanto, um movimento social vai se constituir na relação entre estrutura e conjuntura, como “resultado de um processo de construção coletiva de uma identidade, discursos, estratégias e táticas de ação que visam determinados objetivos” (RODRIGUES, 2015, p. 246).

Nesse ponto de vista, o processo de constituição dos protagonistas sociais com a coletividade faz parte do mesmo processo que parte da construção de ideias e reafirmação de valores em comum, além de se basearem em aspectos culturais, referenciais políticos e éticos, os quais dão significado à realidade objetiva dessas pessoas. Sader (1988) ao argumentar sobre a constituição histórica das classes nos auxilia.

Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica de classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que se impregnam. E é na elaboração

dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais (SADER, 1988, p.44 e 45).

Em vista disso, ao reconhecer potencialidade de sujeitos em atores sociais (RIBEIRO, 2000) cada reivindicação tomada como práxis, associada à dinâmica urbana, pode nos remeter a busca por melhores condições de vida nas cidades (para todas as dimensões de vida: emprego, mobilidade, moradia, segurança), como conflito social ou como ativismo social, e pode compor as lutas sociais ao ter o potencial de transformar sujeitos em protagonistas, de se articular através das formas de organização e formas de manifestação, no mesmo movimento que produzem o espaço urbano, pois

a produção do espaço pode se referir tanto à sua (re)produção, nos marcos do modelo social hegemônico, capitalista e heterônomo, quanto à emergência de novas significações, novas formas e novas práticas (que, em alguns casos, desafiarão explicitamente o *status quo* heterônomo) (SOUZA, 2018, p.42).

2.2 Possíveis correspondências, tipologias e padrões de conflitividade

Ao interpretar cada conflito social, pensar suas correspondentes categorias e classificá-los na construção das tabelas, julgou-se importante para fins de análise a escolha da ação dos protagonistas sociais como principal ponto de referência. Portanto, sendo a categoria dos protagonistas o foco de análise na intenção de buscar nos conflitos e nos ativismos sociais seus vínculos com a espacialidade urbana, esta será utilizada como categoria norteadora para apreender e interpretar possíveis resultados gerados após a classificação dos dados e a construção das tabelas.

Como já foi exposto anteriormente um balanço geral das classificações interpretadas para todas as categorias descritas, optamos agora por priorizar uma análise dos protagonistas que se destacam nos oito anos de conflitos classificados. Com isso, identificamos três categorias em evidência: a dos *trabalhadores do setor público*; a dos *trabalhadores do setor privado* e a categoria dos *estudantes*. Vale ressaltar ainda a categoria dos protagonistas classificados como *multisetorial*, que também têm relevância em termos absolutos e podem ganhar atenção tendo em vista suas particularidades⁹, porém, sabe-se que tal classificação comporta muitas generalizações e por isso, não será considerada aqui neste momento com a mesma relevância das demais.

⁹ Entende-se que essa chave de classificação engloba uma diversidade de protagonistas de diferentes setores e classes e, portanto, com objetivos e organizações variados e, por vezes, distintos. A partir disso, se torna importante lembrar que dentre esses também existem seus destaques, mas que não podem ser aprofundados no momento.

Dessa forma, seguimos com atenção as possíveis relações de correspondência que os protagonistas podem manter com as demais categorias, estas sendo as *formas de organização*, os *motivos e objetivos* e as *formas de manifestação*.

No que diz respeito às escalas, tanto de ocorrência, quanto política, elas também podem corresponder à ação dos protagonistas, mas como já esclarecido nos trechos sobre a “política de escalas” e avaliações mais gerais sobre as classificações. Tal correspondência carece de cuidado tendo em vista a dificuldade em aprofundar a análise dessas relações quando nos damos conta da quantidade de dados e, conseqüentemente, a quantidade de informações e singularidade de cada conflito.

As escalas, no entanto, estão presentes e podem ser observadas nas interpretações das *formas de organização* (quando se tratam de organizações que podem ultrapassar a escala local, por exemplo, os sindicatos), nas *formas de manifestação*, mesmo que seja mais difícil associar uma forma específica de manifestação a um protagonista (quando se tratam de manifestações de ocorrência local com amplitude e causa nacional, como as greves e ocupações) e quando tratamos do *grau de mobilização e intensidade dos conflitos*. Já quanto à escala de abrangência ou ocorrência é mais evidente, uma vez que, em essência, esses conflitos ocorrem no urbano e pelo urbano, logo os protagonistas podem (e vão por diversas motivações) estar associados a questões próprias do lugar de onde emanam.

Ao relacionarmos as 3 principais classificações em que aparecem os protagonistas citados, podemos observar que, em primeiro lugar, os protagonistas que correspondem aos trabalhadores do setor público e do setor privado se relacionam com os motivos, *por condições de salário* e de *trabalho*, nesta ordem, o que se define como reivindicações por melhores salários e segurança e condições adequadas no ambiente de trabalho, redução da jornada de trabalho e de direitos trabalhistas.

Para os protagonistas classificados como estudantes, foi possível relacionar aos motivos associados às políticas por transporte e por educação, que incluem a luta por melhores condições de infraestrutura dos transportes e investimentos em educação, como também a redução da tarifa de transporte público e autonomia dos estudantes com relação ao acesso às escolas e universidades e o direito à educação. Apesar disso, é importante frisar que essas correspondências não seguem de maneira determinante as motivações ligadas aos protagonistas, ou seja, podem existir outras formas de interpretações que fogem a essas mencionadas e a proposta aqui é apenas ressaltar as de maior evidência.

Do ponto de vista das *formas de organização*, podemos associar aos trabalhadores do setor público e também os do setor privado, mesmo que em menor grau, aos sindicatos. Nesse caso, as organizações por *associação da sociedade civil* apesar de terem tido o maior destaque quantitativo

nos conflitos, não se enquadram de maneira específica em alguma motivação, o que dificulta uma correspondência direta tanto para os trabalhadores, quanto para a categoria dos estudantes, apesar de existirem.

Por fim, os protagonistas referentes aos trabalhadores do setor público e do setor privado lançam mão das manifestações por meio das greves e paralisações. O primeiro, em maior grau que o segundo, por razões de regime e contrato de trabalho e condições laborais diante das relações capitalistas a que estão submetidos todos os trabalhadores, criando assimetrias em termos de margem de manobra e de reivindicação dentro da classe de trabalhadores nos diferentes setores.

Já os *atos públicos* e *passeatas* do mesmo modo que as organizações por *ASC*, também apresentam uma identificação *multisetorial* com os protagonistas, o que dificulta associar essas formas de manifestação a algum protagonista de forma específica. Além disso, os protagonistas trabalhadores do setor público também podem lançar mão das *ocupações de prédios públicos* em situações conjuntas com as paralisações, por exemplo, assim como ação dos protagonistas estudantes também as utilizam ao ocuparem as escolas e universidades.

Ao falar sobre padrões de conflitividade, podemos retomar que os conflitos se expressam no espaço em meio às conjunturas e estruturas impostas por relações desiguais e contraditórias de poder inseridos no modo de produção capitalista e, por isso, é nos conflitos sociais e nos ativismos que podemos encontrar em meio aos embates e tensões concretas, novos ensejos para questionar os processos de segregação e as injustiças em termos de uso, se contrapor aos mecanismos de exploração e expropriação do trabalho, apropriar, ocupar, planejar e viver a cidade de maneira mais justa.

Dessa maneira, podemos apontar exemplos de grandes marcos e mudanças que perpassam a escala do local ao nacional com potencial de reconfigurar as dinâmicas das relações sociais e de poder. Estas mudanças surgem por meio de rupturas em novos ou até mesmo antigos processos de atuações políticas e formas de inserção social que atravessam os sujeitos e a coletividade, fazendo emergir novos posicionamentos, movimentações sociais e, conseqüentemente, um novo padrão de conflitividade.

Começamos com algumas reflexões sobre o processo de modernização. Posterior ao fim do colonialismo, que sabemos, não significou o fim da colonialidade, (QUIJANO, 2005) o processo de modernização técnica emerge em territórios da América Latina, como o do Brasil, em seu sentido mais conservador, onde não há rompimento de fato com as estruturas moderno-coloniais que se mantiveram e perpetuam as alianças políticas e as estruturas de uma sociedade desigual, desde os primórdios do capitalismo colonial, até da ascensão neoliberal. A partir disso, podemos observar um período marcado por várias mazelas, segundo Ribeiro (2006).

Estes espaços, originados da histórica concentração espacial de recursos e marcados por profundas desigualdades sociais, constituem-se em epicentros da crise societária, que ultrapassa, pela abrangência de seus efeitos, aquelas crises identificadas em cada uma das esferas da vida coletiva: família, trabalho ou educação. A crise societária encontra-se subjacente aos apelos, que se repetem na cena urbana, por segurança ou paz [...] O agravamento da crise societária, em sua capacidade de esclarecer os limites da modernização permitida às sociedades periféricas, tem sido acompanhado, nas grandes cidades da região, pela intensificação dos conflitos sociais (RIBEIRO, 2006, p. 24 e 26).

Em outro momento, podemos citar também o ambiente e cenário urbano brasileiro em meio ao lento processo de redemocratização brasileira, onde os ideários da Reforma Urbana da década de 60, freados pela ditadura, retomam suas pautas e articulações com a frente de luta pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana ao longo dos anos 80. Na mesma década, o protagonismo nacional do Partido dos Trabalhadores que se inicia com um discurso de uma esquerda democrática, surge por diferentes “combustíveis”. Segundo Lamounier (2005),

o agravamento das tensões sociais em função da estagnação e da inflação, o surgimento do “novo sindicalismo”, a figura de Lula e, na década seguinte, o movimento social que levou ao *impeachment* de Collor e a valorização da ética como tema de agenda pública. (LAMOUNIER, 2005, p.183).

Em contrapartida, a década de 1990 marca um novo padrão de conflitividade onde, sob as diretrizes do Consenso de Washington, as políticas e reformas neoliberais se espalham pelos países de forma eficiente e avassaladora para o domínio das forças hegemônicas mundiais. Segundo Maricato (2015, p.20), às políticas urbanas perdem visibilidade a partir da globalização neoliberal após a década de 70 nos países centrais,

mas, nos países capitalistas periféricos, sobretudo, esta invisibilidade é histórica (MARICATO, 2015, p.20)

A sistematização das propostas contidas no Consenso de Washington mostra a força de tal dominação política que consegue impor a uma sociedade desigual, em parceria com as elites locais, ações que seguem um caminho contrário ao interesse e a necessidades da maior parte da população (idem, p.29).

Dessa forma, observar a conflitividade social nos ajuda a compreender, para além das estruturas, as múltiplas e variáveis conjunturas que influenciam as motivações e reivindicações dos protagonistas, expondo padrões de conflitividade e as condições que geram as possibilidades para que os conflitos aconteçam.

Vale lembrar que apesar das ações exercidas pelos protagonistas, nem todo conflito é um ativismo social¹⁰, tendo vista que se diferenciam de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas, vandalismos e criminalidade.

Na análise feita sobre os conflitos no recorte temporal dos anos 2003 a 2010, com a vasta quantidade de dados obtidos e a diversidade deles, podemos dizer que certos padrões de conflitividade se destacam ao combinarmos os principais protagonistas no período (trabalhadores do setor público, trabalhadores do setor privado, estudantes, além dos multisetoriais) e suas principais motivações (por salário e condições de trabalho no geral; políticas de ajuste estrutural; direitos humanos; habitação; emprego; transporte e educação).

O espaço urbano funciona, portanto, como condição e suporte para a existência desses conflitos sociais. Inegavelmente, a espacialidade que conforma o urbano tem nos conflitos suas características e problemáticas que o envolvem. Porém, segundo a elaboração teórica de Souza (2006) para os ativismos sociais, consideramos aqui pensar os conflitos sociais urbanos por meio dos mesmos balizadores:

Os ativismos urbanos "em sentido forte" são aqueles que gravitam nítida e explicitamente em torno de problemas diretamente vinculados ao espaço social: notadamente, em torno de problemas como os relativos à segregação residencial, ao acesso de equipamentos de consumo coletivo, à habitação etc. (SOUZA, 2008a, p.370).

Os ativismos "em sentido fraco", não deixam de possuir uma determinada espacialidade e utilizarem o espaço urbano para cumprir seus objetivos, mas

são animados por questões que não colocam a dinâmica do espaço urbano em questão ou que se referenciam apenas indiretamente à espacialidade e remetem a questões como a luta contra o racismo, a homofobia, o machismo, por melhores condições de trabalho, pela melhoria de serviços como a educação e a saúde, por exemplo (RODRIGUES, 2015, p.248).

Desse modo, na tentativa de entender o urbano através dos conflitos sociais, podemos conferir que para os conflitos por questões de salário, estes podem ser interpretados por seu "sentido fraco" com relação a espacialidade urbana, assim como os conflitos por condições de trabalho e emprego,

¹⁰ "Os ativismos sociais, como ações públicas organizadas e relativamente duradouras, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras ("vandalismo de protesto"), saques e outras; e, como ações públicas, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária (mesmo organizada) e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e lobbies, em sentido restrito, que tendem a atuar nos "corredores do poder estatal", pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráfico de influência, entre outras atividades que não propriamente públicas" (SOUZA, 2006, p. 278).

por direitos humanos e educação os quais, por mais que remetam indiretamente às condições de vida na cidade e acessos e interdições a certos espaços, não são traduzidos como reivindicações essencialmente espaciais.

Os conflitos que evocam em “sentido forte” a espacialidade urbana vão se materializar principalmente nos conflitos por *habitação, mobilidade/acessibilidade urbana* (que inclui a melhoria dos serviços de transportes públicos e coletivos prestados, seu custo e a infraestrutura de funcionamento), e *acesso à equipamentos de uso coletivo*, que vão desde a distribuição material da rede ao acesso às creches, escolas, hospitais, serviços de água e esgoto, energia, pavimentação, iluminação pública, assim como aos espaços de lazer/cultura. São estes que aproximam os sujeitos e produzem as relações e a espacialidade urbana, no sentido em que questionam ou reivindicam o espaço propriamente dito.

Para analisar o levantamento dos principais protagonistas e tentar extrair análises do destaque evidente dos trabalhadores do setor público, procuramos estabelecer uma breve correlação com os dois primeiros mandatos do PT no governo federal.

Segundo Lamounier (2005), Luís Inácio Lula da Silva se inseriu na política governamental a partir da associação da sua imagem à do mais importante líder sindical do país. O cenário político brasileiro que ressurgiu após os longos anos da ditadura militar foi marcado pela ascensão de movimentos sociais e sindicais que, no final da década de 80, se ergueram na luta por autonomia e liberdade em relação ao Estado (cf. DRUK, 2006). Desse modo, a vitória nas eleições de 2002 do Partido dos Trabalhadores, associada à imagem de Lula como líder operário e sindical, fez vislumbrar uma possibilidade de superação do cenário de desmobilização social imposto pelas políticas neoliberais da década de 90 e que estremecia os direitos da classe trabalhadora.

O que observamos, entretanto, foi a continuidade e aprofundamento dessa política econômica neoliberal. As marcas da reestruturação produtiva consolidaram a flexibilização e precarização das condições de trabalho, “enfraquecendo a capacidade de reação dos trabalhadores e de seus sindicatos frente ao capital” (GALVÃO, 2009, p.179). Consequentemente, “a perspectiva crítica vai se esvaindo, na medida em que o partido que fazia oposição às “reformas orientadas para o mercado” acabou por assumi-las” (GALVÃO, 2009, p.181, aspas do autor).

De maneira ambígua, a conjuntura política e o envolvimento de parte do sindicalismo nacional com o governo evidenciou um cenário que contrastava com as demandas e expectativas frente à perda de força e capacidade de resistência dos trabalhadores, individual e coletivamente, tanto em termos de categoria, quanto de classe.

Algumas medidas afetam especialmente os funcionários públicos:

A despeito da instauração de mesas setoriais de negociação em 2003, destinadas a discutir reajustes salariais e plano de carreira, os servidores reclamam que não são efetivamente ouvidos e que muitos acordos celebrados não são cumpridos. O Plano de Aceleração do Crescimento, lançado em 2007, que restringe, por dez anos, o aumento salarial dessa categoria à variação da inflação acrescida de 1,5%. Além disso, o governo elaborou um projeto para limitar o direito de greve de funcionários públicos, que estabelece a necessidade de aviso prévio de 72 horas para a deflagração de greve; apresenta uma ampla lista de atividades consideradas essenciais, exigindo que as entidades sindicais assegurem a continuidade desses serviços e atividades durante a greve; e possibilita a contratação temporária de servidores para substituir grevistas (GALVÃO, 2009, p.194).

Dessa maneira, esses protagonistas trabalhadores do setor público que utilizaram das organizações por sindicatos e se manifestaram por meio das greves e paralisações estavam em busca, principalmente, do aumento do salário mínimo, por uma campanha nacional pela redução da jornada de trabalho, por melhores condições e reformas nos planos de carreira etc.

Os trabalhadores do setor privado também compuseram as lutas por melhores salários, especialmente em algumas categorias tradicionalmente organizadas, como os bancários. As greves e paralisações desta categoria são muito características do período analisado (2003-2010) que pautavam a precarização do trabalho da categoria, a ampliação da jornada, o acúmulo de tarefas e responsabilidades, a conversão salarial em programas de metas e bancos de horas etc. contrastam o notável acúmulo dos lucros dos bancos privados.

Durante os dois mandatos do governo Lula, apesar de muita expectativa ter sido gerada em torno das diferentes possibilidades de articulações e avanços em diversos setores, em especial, para o mercado de trabalho, o que se obteve, a despeito dos ganhos em termos de inclusão social via crédito e programas de assistência sociais e de projetos infraestrutura, foi um governo progressista com grande falhas e contradições.

CAPÍTULO 3 – A ESPACIALIDADE URBANA DOS CONFLITOS SOCIAIS E UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PERÍODO (2003 a 2010)

Para pensar este capítulo, nos inspiramos em Souza (2006) para analisar os conflitos sociais “em sentido forte”, isto é, ressaltando e recortando as situações em que os conflitos têm uma explícita conotação espacial e onde o espaço é fundamentalmente o elemento que dá aderência à relação que se estabelece entre os sujeitos que lutam – protagonistas – e a questão que enseja a luta, ou sua motivação.

Buscamos em Souza (2018) o conceito de espaço social que nos auxilia a melhor direcionar e compreender as dinâmicas da ação social em constante a uma ordem hegemônica vigente, onde “pode-se entender o espaço social como aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade” (SOUZA, 2018, p. 22). Portanto, “é ao mesmo tempo, um *produto* das relações sociais, e um *condicionador* dessas mesmas relações” (SOUZA, 2005, p. 99, grifos do autor).

Nos propomos, neste sentido, a entender até que ponto o espaço urbano influencia e condiciona a emergência dos conflitos e dos ativismos, por questões que remetem às problemáticas que formam as cidades brasileiras, a exemplo da segregação residencial, das injustiças sócio-espaciais e dos diferentes tipos e graus de exploração nos espaços urbanos. Todas essas questões colocando em relevo a produção e a organização do espaço pela via da modernização capitalista, da propriedade privada e dos rumos do mercado financeiro e imobiliário, que se opõe ao direito à cidade, negado a maior parte da população.

Para Lefebvre (2016), a realização efetiva da sociedade urbana exige uma planificação orientada para as necessidades sociais e, para isso, é necessário uma força social e política capaz de operar esses meios, pois “apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes” (LEFEBVRE, 2016, p.118). Assim, os protagonistas podem ser enxergados como os verdadeiros sujeitos que buscam reconstituir os centros e os encontros, no sentido do urbano para Lefebvre, e contribuem para um planejamento e gestão urbanos voltados para a maior parte da população, isto é, aquela pobre e excluída:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar delas e levar até sua plena realização soluções para problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. (LEFEBVRE, 2016, p.122).

Como já exposto, os protagonistas dos conflitos urbanos analisados entre 2003 e 2010 tiveram como objeto de reivindicação as políticas por habitação e por transporte, questionavam de certo modo

a ordem sócio-espacial fundada na segregação do espaço urbano, onde a mobilidade, o habitar e o *habitat* estão implicitamente no cerne dessas lutas.

As ocupações de imóveis públicos e privados por protagonistas Sem-Teto, moradores de ocupações e periféricos, em conjunto as organizações de ASC, como os movimentos por habitação nas cidades, assim como os estudantes e os sujeitos que protestam pelo passe livre por acesso e infraestrutura para se locomover, também vão se expressar e se comportar de acordo com o contexto e o lugar de onde emergem. Assim, por meio da análise dos conflitos e sua dimensão espacial, buscamos elementos para compreender os processos que caracterizam a realidade das cidades.

Em primeiro lugar, propomos entender as determinações externas que tornam as condições de realização do urbano mais problemáticas em um país como o Brasil. Maricato (2015) nos aponta questões sobre o processo de urbanização e autoconstrução de moradias pelos trabalhadores de baixa renda que culminou num processo de favelização e contribuiu, segundo a autora, para a acumulação capitalista durante o período de industrialização do Brasil (1940 a 1980).

O exemplo revela que, uma certa modernização e um certo desenvolvimentismo (industrialização de capital intensivo e um certo desenvolvimento) dependeram de um modo pré-moderno, mesmo pré-capitalista (a autoconstrução da casa), de produção de uma parte da cidade. Essa imbricação foi (e ainda é) fundamental para o processo de acumulação capitalista nacional e internacional. (MARICATO, 2015, p.27).

Por isso, “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade” (LEFEBVRE, 2016, p.62). Em outras palavras, ressaltar os aspectos de um modelo urbano-industrial periférico constituído nos moldes da prevenção do direito à propriedade privada, que atinge a organização e a formação socioespacial do urbano, nos permite analisar as dinâmicas que acompanham esses conflitos e ativismos.

Conforme Santos (2013, p.11) “ao longo do século [séc. XX] o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade.” Dessa maneira, o processo que acontece nos países subdesenvolvidos, e conseqüentemente, no Brasil, se mantém nessas condições pois “nos países subdesenvolvidos uma industrialização com alto coeficiente de capital atrai mais e mais pessoas, mas não é capaz de fornecer empregos suficientes” (SANTOS, 2018, p.71).

Diante desse processo histórico, torna-se evidente que o avanço da produção do espaço urbano como mercadoria ao longo do processo de modernização das cidades, foi tomado e guiado pelos agentes hegemônicos do capital primeiramente pelo processo de industrialização, em seguida pelo mercado imobiliário e financeiro, pois “o espaço urbano tornado mercadoria faz com que seu acesso

seja determinado pelo mercado imobiliário” (CARLOS, 2013, p.99), onde se sobrepõe o valor de troca ao valor de uso, isto é, o lucro e a reserva de valor em detrimento das necessidades sociais da maioria que vive nas cidades.

É importante lembrar, ainda, o papel do Estado como um agente central na produção do espaço urbano que mantém suas articulações com o grande capital em prol de uma ideia de desenvolvimento nacional, onde a modernização segue sendo sinônimo de mais capital externo para as indústrias. Santos (2013) vai nos chamar a atenção para um modelo de urbanização corporativa, como sendo aquela empreendida sob o comando das grandes firmas e que “constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais” (SANTOS, 2013, p.105).

Por essa razão, no Brasil onde o imbricamento existente entre os poderes econômico e político é recorrente, a produção de uma urbanização e de uma cidade corporativas demonstram:

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de consumo indispensáveis e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer (SANTOS, 2013, p.123)

Fica claro, então, que as conjunturas se inserem num cenário maior. A redemocratização do país marca o surgimento de movimentações sociais (dos movimentos e dos ativismos sociais, dos sindicatos e dos partidos políticos), de produção acadêmica, de experiência de governos municipais com novas agendas que inserem programas sociais e politicamente mais incluídos e participativos (Maricato, 2015) que vão gerar posteriormente avanços significativos de aparato legal e institucional para pensar a gestão e organização das cidades.

O movimento pela chamada Reforma Urbana colhe frutos com a criação do estatuto das cidades em 2001, do Ministério das Cidades em 2003 e as secretarias nacionais de habitação, mobilidade urbana e saneamento ambiental; e com a consolidação de espaços dirigidos a participação direta das lideranças sindicais e populares como as Conferências Nacionais das Cidades nos anos de 2003, 2005 e 2007 e Conselho Nacional da Cidade em 2004 (MARICATO, 2015).

Após a criação do Ministério das Cidades, logo nos primeiros anos desse período, houve tentativas de disseminação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, voltados

para promover a regularização fundiária, combater a especulação imobiliária e abrir espaço para a participação da sociedade civil nos processos de planejamento e no controle social das políticas públicas (PEQUENO e ELIAS, 2015, p.27).

Entretanto, o declínio das políticas e dos avanços está ligada a um período de ajuste fiscal e recuo de investimentos em políticas públicas na década de 90. Um novo dinamismo no setor imobiliário residencial apresenta-se a partir de 2003, chegando ao ápice entre 2007 e 2009, quando intensificados os investimentos estatais em habitação e saneamento (LEAL e BORGES, 2013), representando a volta de investimentos por parte do governo federal em políticas urbanas, que acontece ligada a criação dos programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, onde a era neoliberal e os capitais imobiliários tomam o comando das cidades, concomitante ao enfraquecimento dos ativismos sociais que pautaram a Reforma Urbana até a década anterior.

A partir disso, temos com as políticas neoliberais a precarização dos serviços de infraestrutura urbana e dos direitos a moradia e mobilidade para a população, que segue cada vez mais orientador pela especulação imobiliária e pela luta pela apropriação dos fundos públicos (MARICATO, 2015).

Os investimentos do PAC se destinaram a financiar infraestrutura de massa econômica e social, como estradas e rodovias, saneamento, habitação, transporte e energia. Já o programa MCMV, a primeira vez em que o governo federal apresenta uma política habitacional com subsídio próprio, teve como finalidade explícita enfrentar a crise econômica de 2008 através do investimento no setor de construção civil (MARICATO, 2015). Este gerou grandes quantidade de emprego, porém manteve uma visão empresarial da política habitacional, ou seja, por meio da construção de novas casas sem pensar o espaço urbano em sua totalidade. Como a moradia é vista como mercadoria, “o MCMV formalizou as condições para um *boom* imobiliário no Brasil” (MARICATO, 2015, p.38).

Vivemos um paradoxo: quando finalmente o Estado brasileiro retomou o investimento em habitação, saneamento e transporte urbano de forma mais decisiva, um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária promoveu a elevação do preço da terra e dos imóveis, considerada a “mais alta do mundo” (MARICATO, 2015, p.38 e 39).

Com relação aos conflitos por habitação durante esses anos analisados, observou-se motivações variadas, desde ocupações de áreas públicas e privadas por grupos já antigos na luta por moradia; movimento de moradores contra despejo por reintegração de posse de área que não cumpria função social, ou também por remoção de moradores para obras de infraestrutura da cidade (mesmo

em período bem anterior a Copa do Mundo e Olimpíadas); contra falta de compromisso público com a moradia popular, falta de manutenção e infraestrutura dessas moradias para famílias que sofreram com remanejamento de área por vulnerabilidade ambiental, ou que já tinham sofrido com os efeitos de desastres ambientais e se encontravam em situação crítica de moradia.

Ao mesmo tempo, o pano de fundo econômico e político que acompanha esses conflitos se demonstra conveniente, tendo em vista que essas manifestações se acumulam desde os primórdios da formação das cidades brasileiras, e por fim, resultam num quadro de crise urbana permanente¹¹. De fato, se “o crescimento da mercantilização da produção e do acesso à moradia com o predomínio do valor de troca inviabiliza o acesso para parte importante da população aos bens produzidos pelo mercado imobiliário” (PEQUENO e ELIAS, 2015, p.20), os sentidos dessas reivindicações seguem seu curso, desde a escala de vivência local, à escala nacional.

O cenário dos anos 2007 a 2010 se mostra diferente em relação ao primeiro governo do PT com Lula na presidência. Os ganhos e uma possível nova estrutura de política para uma justiça urbana não se concretizaram frente às articulações do grande capital e, dessa forma, não se articularam com objetivos dos conflitos e ativismos que reivindicam melhores condições de moradia e pertencimento na cidade. O que nos prova que “a construção a cargo do Estado não transforma as orientações e concepções adotadas pela economia de mercado” (LEFEBVRE, 2016, p. 28) e, assim, temos o surgimento de demandas no mercado imobiliário, o acirramento das desigualdades sociais e das dinâmicas que historicamente caracterizam a urbanização e os espaços metropolitanos periféricos, contribuindo muito pouco na resolução de problemas estruturais do país, como o problema do déficit habitacional, mas muito eficiente para um novo nicho de acumulação urbana.

Em resumo para além das críticas, os governos do PT de 2003 em diante representaram alguns avanços e outras tantas reafirmações:

tal período, grosso modo, é marcado por relativos, porém importantes avanços nas políticas públicas de distribuição de renda, aumento da capacidade de consumo das classes populares e, ao mesmo tempo, pela articulação com diversas frações de classe que permitiram elevadas taxas de lucro e de acumulação por parte do capital, principalmente nos setores agropecuário, financeiro e da construção civil. (RODRIGUES e RAMOS, 2019, p.90).

O PMCV, por sua vez, traz como sua principal marca a segregação residencial. Para Souza (2005), a segregação residencial se apresenta como um fenômeno urbano que se manifesta em maior

¹¹ A crise urbana, por Lefebvre (2016), pode ser enxergada como a crise do “urbano” em sua essência, como forma dissimulada por ideologias e estratégias de classes dominantes, através da intensificação desse urbano.

parte nas grandes cidades, como resultado das disparidades espaciais e da ação do Estado, de acordo com os investimentos nas condições de habitação e infraestrutura nessas áreas.

O Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por trás...), ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos e zoneamentos e outras normas de ocupação do espaço que consolidam a segregação (SOUZA, 2005, p.90).

No tocante à mobilidade urbana, segundo MARICATO (2015), houve um período de ausência de investimentos nos transportes coletivos, que vai aproximadamente dos anos 1980 até 2009, e tornou as condições de mobilidade absolutamente caóticas nas cidades, configurando um dos maiores problemas urbanos atuais no país. Apesar do *boom* das manifestações contra o aumento de tarifa dos transportes coletivos terem ocorrido em 2013, notamos, ao analisar a espacialidade urbana pelos conflitos sociais, que tal situação não se inicia nas Jornadas de Junho de 2013 (JJ-13), mas remonta às condições de mobilidade urbana pelo menos duas décadas antes e o que representa de fato a necessidade de se locomover nas cidades.

A falta de investimento em infraestrutura para os transportes coletivos nega o acesso a esse serviço básico e também se traduz como negação ao direito à cidade, uma vez que esse acesso deveria ser assegurado a toda a população e priorizado às classes mais precarizadas.

A segregação sócio-espacial está relacionada à mobilidade urbana no sentido que Santos (2018) entende por *periferia* e que vai par além da localização, relacionando-se à acessibilidade, à mobilidade e aos bens e serviços disponíveis à população. A disponibilidade de bens e serviços acessíveis à população distanciada dos centros por si já é um marcador para repelir o indivíduo (SANTOS, 2018) e “a forma como os transportes públicos são operados na maior parte das cidades brasileiras é um bom exemplo do caráter corporativo de nossa urbanização.” (SANTOS, 2013, p.123 [nota de rodapé do livro]).

Apesar da apuração realizada dos conflitos ter abrangido as demais cidades, além das capitais dos estados, e com isso, não ter chegado numa análise precisa, ainda é possível fazer reflexões sobre o que ocorre nas metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, tendo em vista que estas se destacaram como locais de maior ocorrência de conflitos urbanos, seguidas por outras capitais e regiões metropolitanas.

A grande quantidade de conflitos sociais em São Paulo pode expressar uma espacialidade marcada pelas manifestações de uma cidade macrocefálica¹² como parte da problemática urbana

¹² “A macrocefalia, tal como é conhecida atualmente nos países subdesenvolvidos, é o resultado do progresso tecnológico e das tendências à concentração que ele provoca” (SANTOS, 2018, p.306).

existente. Para Santos (2018), a grande tendência de concentração de investimentos em modernização no setor industrial resulta em um desenvolvimento desigual e, na mesma proporção, numa intensa fragmentação do espaço urbano, no aumento das disparidades sociais, e consequentemente na criação do circuito inferior da economia urbana como estratégia de sobrevivência das classes mais pobres.

A metrópole como fonte de privação explica a existência das lutas em torno do espaço como produto da constatação das contradições que estão na base da construção do urbano no Brasil, explodindo em conflitos que questionam suas estruturas (CARLOS, 2013, p 108).

Para enfrentar a problemática dos países do terceiro mundo como o Brasil, de acordo com Santos (2018), não há outro modo que não seja a substituição de um “sistema social cuja iniquidade está provada, por um outro sistema, capaz de introduzir relações de justiça social” (SANTOS, 2018, p. 372). Seria necessário, então, superar a ideia de produtividade econômica para pensar uma produtividade social.

Para um desenvolvimento urbano autêntico, segundo Souza (2005) o que teríamos é a necessidade de um *desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade*.

Portanto, é a partir dos conflitos sociais, dos ativismos, e portanto, da ação dos protagonistas que se manifestam e se articulam desde a escala local do bairro à escala nacional da metrópole que se pode “pensar e imaginar o que poderiam ser o planejamento e a gestão urbanos em uma sociedade futura, não-heterônoma e para construir as condições de edificação dessa sociedade” (SOUZA, 2008b, p.49).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Modesto (2014, p. 89) “conflitos e enfrentamentos de diferentes ordens possibilitam desafios em múltiplas escalas, onde a sociedade civil é o cenário legítimo da confrontação de aspirações, desejos, objetivos, crenças e projetos”. Nesse sentido, a necessidade de incorporar o espaço, e especificamente o espaço urbano, se manifesta na urgência de compreender as relações entre sociedade e espaço que se formam simultaneamente em meio às relações estabelecidas de ordem hegemônica e poder. Logo, as contradições sociais que se sobressaem com a análise empírica dos conflitos e ativismos urbanos por meio dos protagonistas sociais, suas motivações, formas de organização e manifestação e escalas de ocorrência e política, nos revelam outras formas de pensar e compreender a espacialidade urbana das cidades brasileiras.

Nessa pesquisa onde método e objeto se comportam de maneira indissociável, pudemos constatar a partir dos resultados levantados que investigar a formação urbana pelo olhar da geograficidade dos conflitos sociais nos revela diversas disfuncionalidades do urbano, conjunturais e estruturais que coexistem nas cidades.

Sistematizados e classificados, os dados nos trouxeram uma grande quantidade de elementos de análise, detalhados no segundo capítulo, mas evidenciaram os principais protagonistas durante os anos 2003-2010 como os *trabalhadores do setor público*, trabalhadores do *setor privado* e *estudantes*, onde ao traçarmos as possíveis relações que estes mantêm com as principais motivações, obtemos as reivindicações *por condições de salário e trabalho*.

Com relação às formas de organização e manifestação, as que podem haver correspondência segundo a análise foram respectivamente, as por *ASC* e *Sindicatos*; as *greves*, *paralisações* e *ocupações de prédios públicos*. Assim, foi possível destacar também os principais padrões de conflitividade, e com isso, associá-los ao contexto histórico e político experienciado pelo país durante esses anos.

A partir disso, foram analisados os conflitos a partir de sua espacialidade “em sentido fraco” e “em sentido forte” no que diz respeito à aderência da motivação à uma causa essencialmente espacial e urbana.

As principais motivações dos conflitos sociais urbanos em sentido fraco se traduzem por reivindicações salariais e trabalhistas. Já os conflitos que puderam ser entendidos por seu “sentido forte”, tiveram como motivações principais as lutas por *habitação* e *mobilidade/acessibilidade urbana*, evidenciando a espacialidade urbana como cerne de suas pautas.

Através de uma breve contextualização histórica, foi possível ressaltar as raízes de um modelo urbano-industrial periférico e das mazelas acentuadas pelas políticas neoliberais que acarretam em

um cenário urbano fragmentado, segregado e torna as experiências e vivências da maior parte da população cada vez mais limitada e desigual.

É por esses caminhos que a pesquisa buscou avançar, contribuindo para a melhor compreensão da importância das lutas urbanas e dos seus protagonistas que se dão, antes de tudo, pelo próprio reconhecimento do conflito como matriz de reflexão das contradições e injustiças constitutivas e constituintes das cidades.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade contemporânea: segregação espacial*, cap: A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. 1. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.
- CRONOLOGÍA DEL CONFLICTO SOCIAL. BRASIL 2007**. Buenos Aires: Clacso, 2007. Disponível em: [Brasil_2007.pdf \(clacso.edu.ar\)](#). Acesso em: 10 set. 2021.
- CRONOLOGÍA DEL CONFLICTO SOCIAL. BRASIL 2008**. Buenos Aires: Clacso, 2008. Disponível em: [Brasil_2008.pdf \(clacso.edu.ar\)](#). Acesso em: 10 set. 2021.
- CRONOLOGÍA DEL CONFLICTO SOCIAL. BRASIL 2009**. Buenos Aires: Clacso, 2009. Disponível em: [Brasil_2009.pdf \(clacso.edu.ar\)](#). Acesso em: 10 set. 2021.
- CRONOLOGÍA DEL CONFLICTO SOCIAL. BRASIL 2010**. Buenos Aires: Clacso, 2010. Disponível em: [Brasil_2010.pdf \(clacso.edu.ar\)](#). Acesso em: 10 set. 2021.
- DRUCK, Graça. “Os sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: cooptação e resistência”. In: *OSAL, Observatorio Social de America Latina*, ano VI, no. 19. CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires - Argentina, julho, 2006. p. 329-340.
- GALVÃO, Andréia. “A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula”. *Revista Outubro* n.18, artigo 07 - 1º semestre de 2009.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Da Independência a Lula: Dois Séculos de Política Brasileira*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Augurium, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Itapevi, SP: Nebli, 2016.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a Crise Urbana*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MODESTO, Nilo Sérgio d’Avila. “A “ausência assistida” do poder político na compreensão dos sentidos das ações dos sujeitos sociais na produção do espaço”. In: SILVA, Catia Antonia da; CAMPOS, Andreilino; MODESTO, Nilo Sérgio d’Avila. *Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-113
- PEQUENO, Renato e ELIAS, Denise. “(Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio”. *GEOgraphia* – Ano. 17 – Nº 35 - Dossiê – 2015. p. 10 – 39.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. “A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina”. En

- publicación: *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. Disponível em: [17porto.pdf \(clacso.edu.ar\)](#). Acesso em: 10 jul 2021.
- _____. “Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades”. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 20. Editora UFPR. p. 25-30, jul./dez. 2009.
- QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO. Buenos Aires, Argentina, setembro 2005. p.227-278.
- RAMIRES, J.C.L. e PESSÔA, V.L.S. “Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia”. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., PESSÔA, V.L.S., comps. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p.22-35.
- RAMOS, Tatiana Tramontani. “A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe”. *Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe*. Programa Regional de Becas CLACSO, 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- _____. A Dimensão Espacial das Lutas Sociais. *Revista Continentes*, [S. l.], n. 2, p. 96-123, jan. 2013. ISSN 2317-8825. Disponível em: <http://revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/20>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- _____. “Breves considerações teóricas acerca da espacialidade dos ativismos sociais urbanos”. In *A Construção do Brasil: Geografia, Ação Política e Democracia*”, Encontro Nacional de Geógrafos, 2016, São Luiz do Maranhão. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2016. 12 p. Disponível em: [1467929021 ARQUIVO ENG 2016 completo.pdf \(agb.org.br\)](#). Acesso em: 17 out. 2021.
- RIBEIRO, Ana Clara. “Fases ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos”. In: *Repensando la experiencia urbana de América Latina: cuestiones, conceptos y valores*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Buenos Aires, 2000, p. 235 – 250.
- _____. *A cidade neoliberal: crise societária e caminhos para ação*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. OSAL, Observatorio Social de América Latina (Ano VII no. 21 set-dez 2006). Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osal/20110408105720/3TorresRibeiro.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

- _____. “Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano”. In: *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. CLACSO. Buenos Aires - Argentina, 2009. p. 147-156.
- RIBEIRO, Ana Clara; EGLER, Tamara Tania Cohen; SÁNCHEZ GARCIA, Fernanda Ester (orgs.). 2. impressão. *Política governamental e ação social no espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR, 2013.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. “Geografia histórica e ativismos sociais”. *GeoTextos*, v. 11, n. 1, 2015. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v11i1.12147. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12147>. Acesso em: 7 set. 2021.
- RODRIGUES, Glauco Bruce e RAMOS, Tatiana Tramontani. “A espacialidade dos conflitos sociais: As Jornadas de Junho de 2013”. *Para Onde!?*, v. 11, n. 1, p. 92-104, 20 abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/91799/52668>. Acesso em: 08 out. 2021.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Desigual*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Edusp, 2010.
- _____. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Edusp, 2013.
- _____. *O Espaço Dividido*. 2. ed, 2. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Edusp, 2018.
- SOARES, Laura T. R. “Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil”. In *El ajuste estructural en América Latina. Costos sociales y alternativas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires: 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101003020857/9cap08.pdf>.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O ABC do Desenvolvimento Urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. “Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante”. *CIDADES*, São Paulo, v. 4, n. 6, 2007, p. 101-114
- _____. “Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira”. In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA, Aureanice M. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008a.

- _____. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008b.
- _____. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 6ª.ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

ANEXO 1

CÓDIGOS DOS ATRIBUTOS DAS TABELAS:

X – Não identificado

Natureza sóciogeográfica

0.1 – Rural

0.2 – Urbano

0.3 – Ambos

Motivo/Objeto do conflito

1 – Emprego

2 – Privatizações

3 – Salário

4 – Terra (demarcação, ...)

5 – Políticas Públicas/Educação

6 – Políticas Públicas/Saúde

7 – Políticas Públicas/Rural

8 – Condições de trabalho

1.9 – Soberania

10 – Políticas Públicas/Energia

11 – Políticas Públicas/Transportes

12 – Políticas Públicas/Água

13 – Políticas Públicas/Segurança

14 – Políticas Públicas/Direitos Humanos

15 – Políticas Públicas/Habitação

16 – Políticas Públicas/Previdência

17 – Políticas de Ajuste Estrutural

18 – Anti-Sistêmico

19 – Território

20 – Corrupção

21 – Solidariedade

Protagonistas do conflito

1 – Trabalhador do Setor Público

2 – Trabalhador do Setor Privado

3 – Camponeses

4 – Indígenas

5 – Pescadores

6 – Moradores

7 – Estudantes

8 – Desempregados

9 – Afro-descendentes

10 – Detentos

11 – Ecologistas

12 – Aposentados

13 – Trabalhadores Informais (camelô, ambulante,...)

14 – Profissionais Liberais

15 – Multisetorial

- 16 – Caminhoneiro
- 17 – Banco
- 18 – Latifundiário (?)
- 19 – Empresa Rural
- 20 – Empresa Pública
- 21 – Empresa Privada
- 22 – Estado
- 23 – Trabalhadores autônomos
- 24 – Forças de repressão

Tipo de Organização envolvida

- 1 – Sindicato
- 2 – Associação de Sociedade Civil (MST, OAB, UNE, ...)
- 3 – Associação de Moradores
- 4 – ONGs
- 5 – Partidos Políticos
- 6 – Não especificado
- 7 – Igreja
- 8 – Ação Direta
- 9 – Movimento de Guerrilha
- 10 – Multisetorial
- 11 – Facção

Tipo de Manifestação

- 1 – Greve
- 2 – Bloqueio de Estrada
- 3 – Ocupação de Terra
- 4 – Ocupação de prédio público
- 5 – Marcha
- 6 – Atos Públicos/Passeata
- 7 – Acampamentos
- 8 – Greve de fome
- 9 – Motim
- 10 – Ocupação de Propriedade Privada
- 11 – Piquete
- 12 – Vigília
- 13 – Paralisação
- 14 – Ação Direta